



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Fernanda Papa Buoso

Parentalidade em famílias em situação de vulnerabilidade social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Marina Rezende Bazon



Ribeirão Preto
2023

RESUMO

Buoso, F. P. (2023). *Parentalidade em famílias em situação de vulnerabilidade social*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Práticas parentais e desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes são variáveis fortemente associadas. Características no nível individual, dos cuidadores e da própria criança, assim como do contexto imediato e mediato, operam conjuntamente e concorrem para diferentes desfechos, tanto no tocante às práticas parentais, quanto no tocante ao desenvolvimento psicossocial das crianças. Conhecer famílias vivendo em situação de vulnerabilidade social, nesse plano, é importante, uma vez que vivem muitos desafios relacionados ao acesso a bens e serviços, o que pode impactar o funcionamento familiar e, assim, as práticas parentais e o desenvolvimento infanto-juvenil. O presente estudo buscou oferecer uma contribuição nessa direção. Para isso, foram implementados dois estudos nos quais se fez uso do modelo dos Múltiplos Determinantes da Parentalidade, proposto por Jay Belsky (1984), adotando-se uma abordagem quantitativa e um delineamento transversal. Na coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: *Questionário para Caracterização Socioeconômica e de Eventos Adversos na Família*; *Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale IV (FACES IV)*, *Inventário de Estilos Parentais (IEP)*, *Child Abuse Potential Inventory (CAP)*, *Questionário de Apoio Social (QAS)* e o *Child Child Behavior Checklist (CBCL)*. O objetivo geral do estudo 1 foi descrever fatores relacionados à parentalidade em famílias agrupadas em função de indicadores de maior ou menor grau de vulnerabilidade social, considerando-se o modelo preconizado por Belsky (1984). A amostra do estudo 1 foi formada por três grupos de pais/responsáveis maiores de 18 anos: G1 (n=60): beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF); G2 (n=30): beneficiárias do Auxílio Emergencial – concedido em função da pandemia da COVID-19; G3 (n=30): não beneficiárias do PBF ou do Auxílio Emergencial, porém residentes das mesmas regiões/comunidades que G1 e G2. Foram realizadas análises estatísticas descritivas, comparativas, de correlação e regressão. Os resultados apontaram para associações entre as variáveis dos domínios e a parentalidade, destacando-se as relações mais fortes para variáveis do domínio do cuidador e da criança/adolescente. A variável problemas externalizantes do domínio da criança predisse em maior percentual a parentalidade, seguido pelas variáveis do cuidador e do contexto. A vulnerabilidade social não foi significativa para prever a parentalidade. A parentalidade apresentou relação com desfechos desenvolvimentais das crianças/adolescentes. O objetivo geral do estudo 2, por seu turno, foi caracterizar a parentalidade em famílias em situação de descumprimento e de cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF), em se considerando, paralelamente, o desenvolvimento psicossocial dos filhos – crianças e adolescentes –, variáveis pessoais e psicológicas dos pais/cuidadores e contextuais (apoios e estressores), conforme o preconizado pelo modelo proposto por Belsky (1984). A amostra do estudo 2 foi formada por dois grupos de pais/responsáveis maiores de 18 anos: G1 (n=30), composto por beneficiárias do PBF em situação de descumprimento das condicionalidades e G2 (n=30), composto por beneficiárias do PBF em situação de cumprimento das condicionalidades. Embora em ambos os grupos se tenha verificado alguns indicadores de dificuldade/problemas, as famílias em G2 apresentaram maior coesão familiar. Nessas, as crianças/adolescentes apresentaram menos problemas de comportamento e de competência social e os cuidadores menos fragilidade pessoal/psicológica. Assim, apesar de viverem em situação equivalente de vulnerabilidade social, as famílias que se caracterizavam por ter quebra

das condicionalidades necessitariam de suporte suplementar. Os dois estudos, em conjunto, mostram que há relação entre os domínios da parentalidade a despeito do grau de vulnerabilidade social e que as famílias podem se beneficiar de intervenções que fortaleçam características nos domínios que apresentem fragilidades. Sugere-se que pesquisas futuras adotem instrumentos que mensurem diretamente cada constructo do Modelo de Belsky (1984), sejam realizadas com amostras maiores, adotem o delineamento longitudinal e incluam variáveis moderadoras e mediadoras no Modelo de Belsky (1984), como a própria vulnerabilidade social.

Palavras-chave: parentalidade; vulnerabilidade social; família; características psicossociais; programa bolsa família

ABSTRACT

Buoso, F. P. (2023). *Parenting in families in situation of social vulnerability* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Parenting practices and the psychosocial development of children and adolescents are strongly associated variables. Individual characteristics of the caregivers and the child, as well as the immediate and mediate context, operate together and compete for different outcomes, both regarding parenting practices and the psychosocial development of children. Understanding families living in situations of social vulnerability is important, as they face many challenges related to accessing goods and services, which can impact family functioning, parenting practices, and child and adolescent development. The present study sought to contribute to this area. For this purpose, two studies were implemented using the Multiple Determinants of Parenting model proposed by Jay Belsky (1984), adopting a quantitative approach and a cross-sectional design. The following instruments were used in data collection: Socioeconomic and Adverse Events Questionnaire for Characterization of Families; Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale IV (FACES IV), Parenting Styles Inventory (IEP), Child Abuse Potential Inventory (CAP), Social Support Questionnaire (QAS), and Child Behavior Checklist (CBCL). The general objective of study 1 was to describe factors related to parenting in families grouped according to indicators of greater or lesser degree of social vulnerability, considering the model advocated by Belsky (1984). The sample of study 1 was composed of three groups of parents/caregivers over 18 years old: G1 (n=60): beneficiaries of the Bolsa Família Program (PBF); G2 (n=30): beneficiaries of Auxílio Emergencial - granted due to the COVID-19 pandemic; G3 (n=30): non-beneficiaries of PBF or Auxílio Emergencial, but residents of the same regions/communities as G1 and G2. Descriptive, comparative, correlation, and regression statistical analyses were performed. The results pointed to associations between the variables of the domains and parenting, highlighting the stronger relationships for variables of the caregiver and child/adolescent domains. The variable externalizing problems in the child domain predicted parenting to a greater percentage, followed by caregiver and context variables. Social vulnerability was not significant in predicting parenting. Parenting was related to developmental outcomes of children/adolescents. The general objective of study 2, in turn, was to characterize parenting in families in situations of non-compliance and compliance with the conditionalities of the Bolsa Família Program (PBF), considering in parallel the psychosocial development of children and adolescents, personal and psychological variables of parents/caregivers, and contextual factors (support and stressors), according to the model proposed by Belsky (1984). The sample of study 2 was composed of two groups of parents/caregivers over 18 years old: G1 (n=30), composed of PBF beneficiaries in non-fulfillment with conditionalities, and G2 (n=30), composed of PBF beneficiaries in fulfillment with conditionalities. Although both groups showed some indicators of difficulty/problems, families in G2 showed greater family cohesion. In these families, children/adolescents had fewer behavioral and social competence problems, and caregivers had less personal/psychological fragility. Thus, despite living in an equivalent situation of social vulnerability, families characterized by non-fulfillment with conditionalities would require supplementary support. The two studies together show that there is a relationship between the domains of parenting regardless of the degree of social vulnerability, and that families can benefit from interventions that strengthen characteristics in domains that present weaknesses.

Future research is suggested to adopt instruments that directly measure each construct of the Belsky Model (1984), be conducted with larger samples, adopt longitudinal designs, and include moderating and mediating variables in the Belsky Model (1984), such as social vulnerability itself.

Keywords: parenting; social vulnerability; family; psychosocial characteristics; bolsa familia program

INTRODUÇÃO

A família, enquanto instituição social, é historicamente incumbida de protagonizar ações de cuidado das crianças/adolescentes, visando seu bem-estar (Ramos & Nascimento, 2008), desempenhando funções básicas, sintetizadas por Palacios e Rodrigo (1998) da seguinte forma: garantia das condições de sobrevivência e promoção do desenvolvimento de condutas relacionais mínimas; oferecimento de apoio e afeto, fomentando o apego; estimulação, de modo a garantir responsividade ao entorno físico e social; tomada de decisões sobre frequência/inserção de outros contextos. A adequada execução de todas estas funções pode ser denominada de “competência parental” e, como todas as formas de competência, esta é, também, em boa parte, determinada pelas variáveis de contexto. Dentro desta perspectiva, nenhum adulto/cuidador está completamente imune à possibilidade de exercer inadequadamente estas funções, esporádica ou cronicamente (Bolger et al., 1997). Se o nível de estresse que vive uma família, incluindo aquele oriundo do próprio exercício parental, prevalece sobre os recursos de que dispõe, a possibilidade de conflito aumenta, o que pode afetar negativamente o cumprimento das funções parentais em níveis que podem variar até o ponto de se poder categorizar as práticas familiares com relação aos filhos – crianças e adolescentes – como maus-tratos (Palacios et al., 1998).

Há evidências de que uma das fontes de estresse familiar – passível de afetar as práticas parentais – é a escassez de recursos materiais/financeiros (Silva et al., 2018). No entanto, muito peso tem sido atribuído a essa variável nas reflexões sobre parentalidade disfuncional. Barboza-Salerno (2020a, 2020b) argumentam que a focalização da renda familiar, per si, não explicam problemáticas no cuidado das crianças/adolescentes, na família. A autora, em investigações sobre a relação entre os maus-tratos infantis e aspectos territoriais, constatou que a insegurança habitacional figurou como fator de risco de maior peso, quando comparado à renda. Também verificou que aspectos de vizinhança, como a disponibilidade de álcool, impactaria no aumento da probabilidade dos maus-tratos infantis, quando associado à baixa renda e à alta densidade populacional. Ou seja, a renda familiar, isoladamente, não teria influência, reiterando a ideia de que nenhuma variável deve ser tomada de forma isolada, nas análises dos padrões de cuidado infantil, na família.

Em efeito, quando o interesse está em proposições de programas de prevenção e de intervenção para mitigação dos maus-tratos, fatores de risco relativos às características dos adultos/pais/responsáveis, da família em si, em termos de relacionamento entre os

seus membros, do entorno comunitário e das crianças/adolescentes, se destacam. Nessa ordem, algumas das variáveis são sublinhadas pelas evidências de pesquisas empíricas: uso/abuso de substâncias psicoativas, características de personalidade como irritabilidade e imaturidade e transtornos (no plano das características dos cuidadores); conflitos e violência na relação entre os cônjuges, fragilidade dos vínculos familiares (no plano das relações intra-familiares); fragilidade nas relação da famílias com o entorno comunitário, convertida em baixo nível de apoio social e, até mesmo, em isolamento social (no plano das relações família-comunidade); condições de saúde infantil exigindo cuidados especiais (prematuridade, doenças neurológicas, doenças graves), temperamento considerado difícil e problemas de comportamento (no plano das características das crianças/adolescentes) (Pires & Miyazaki, 2005; Stith et al., 2009).

É certo que questões econômicas são importantes, pois essas se refletem no padrão de vida das famílias e nas oportunidades que têm seus membros, em termos de desenvolvimento social. Neste cenário, muitas famílias brasileiras vivem desafios. O Brasil é o nono país mais desigual do mundo, segundo os critérios do Banco Mundial (SIS, 2020)¹. Segundo o Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA, 2003), as famílias com renda *per capita* mais baixa sofrem prejuízos no processo de escolarização dos jovens e inserção no mercado de trabalho, uma vez que a família, possuindo menos recursos financeiros, tem menor possibilidade de investimento na educação dos filhos que, por sua vez, deparam-se com um ensino público de mais baixa qualidade. Esta situação, somada à baixa disponibilidade de recursos financeiros, impulsiona os jovens a interromperem sua escolarização, mais precocemente, ou a deixarem de estudar, para contribuir com a renda familiar (Silveira & Bertasso, 2003). Portanto, no plano macrossocial, os dados remetem à realidade de um país que vive disparidades socioeconômicas que impactam diretamente as famílias e, dentro dessas, o desempenho das funções parentais.

No presente trabalho, não se pretende debruçar sobre o referido plano, mas tomá-lo como contexto – pano de fundo – no qual se situa o objeto de interesse desta pesquisa: as práticas de cuidado/criação de filhos em famílias vivendo em situação de vulnerabilidade social. Pelas normas em vigor, as famílias em situação de vulnerabilidade social devem ser amparadas pelos programas e serviços socioassistenciais da proteção social básica do

¹A SIS trata de um compilado de dados providos majoritariamente da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio Contínua) elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O texto se refere a um levantamento que compreende o período de 2012 a 2019.

Sistema Único de Assistência social (SUAS) que, por seu turno, operacionaliza a assistência social brasileira. Os primórdios do SUAS remetem aos anos de 1988 e 1993, em que, respectivamente, a Constituição Federal passou a garantir a Assistência Social como um direito do cidadão de que dela necessitar, e um dever do Estado. Assim, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS - Lei 8.742/1993) foi instituída, visando romper com a lógica assistencialista, fomentada por políticas não-estruturadas e de resolutividade pontual/temporária, em prol do que viria a se tornar o modelo de proteção social brasileiro (Gonelli et al., 2013).

Nessa esteira, diversos setores da assistência social se organizaram, com vistas a concretizar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), instituído por meio da Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB SUAS), em 2005 (Lajús, 2009). Nesta esteira, em 2009, a Resolução 109 do CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) criou a tipificação dos serviços da assistência social, estabelecendo níveis de atenção e complexidade dos serviços, dividindo-os em Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Embora estruturado em normativas, desde a década de 1990, cabe ressaltar que o SUAS passou a vigorar somente a partir de 2011, quando sancionada a Lei nº 12.435/2011, que lhe garantiu estrutura financeira própria (com o repasse de verba, para gestão autônoma e para engajamento de quadro de profissionais próprio, à formação das equipes) (Gonelli et al., 2013).

A Proteção Social Básica é um agregado de ações e programas dirigidos à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, enquanto os níveis da Proteção Social Especial remetem a um conglomerado de medidas que visam interferir em situações em que já há violação de direitos, buscando-se medidas de enfrentamento de determinadas situações vividas (Lei nº 12.435/2011). Para efetivar o da Proteção Social Básica, segundo a NOB SUAS, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) atuam como instâncias de operacionalização do SUAS, nas comunidades concretas, promovendo ações específicas junto às famílias em situação de vulnerabilidade social, para oferecer respostas aos seus problemas e necessidades, visando a superação da condição que se encontram (Barrientos, 2013). As normativas do SUAS fazem explicitamente menção, dentre outros grupos, às famílias em situação de vulnerabilidade social, a depender de certas condições territoriais, familiares e pessoais (PNAS, 2004).

Diante do apresentado, as questões que norteiam o presente estudo são: *quais as características do funcionamento familiar e das práticas de cuidado dos filhos em*

famílias em situação de vulnerabilidade social? Há diferenças nas práticas de cuidado a depender do grau de vulnerabilidade social das famílias? Como se caracterizam as crianças e os adolescentes nessas famílias, em termos de desenvolvimento psicossocial? Quais relações existem entre as características desenvolvimentais das crianças / dos adolescentes com as práticas de cuidado dos pais/responsáveis nessas famílias?

Famílias que podem estar em situação de maior ou menor vulnerabilidade social são, no presente estudo, agrupadas em função desse critério, para a investigação das práticas de cuidado dispensados às crianças/adolescentes. As questões econômicas, demográficas e territoriais permanecerão como pano de fundo, conforme o já mencionado, caracterizando os contextos nos quais vivem as famílias, de forma que se possa focalizar as variáveis proximais, relevantes ao exercício da parentalidade nesses contextos.

Cumprir pontuar que o presente estudo foi desenvolvido na esteira de outros sobre a mesma temática, no Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial (GEPDIP). Em um primeiro momento, no contexto do GEPDIP, foi colocada a questão do motivo pelo qual algumas famílias cumpriam as condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) e outras não cumpriam as condicionalidades do PBF. Diante disso, se pressupôs e existência de diferenças entre essas famílias, supondo-se que famílias que quebram as condicionalidades do PBF seriam ainda mais vulneráveis socialmente. Nessa esteira, concebeu-se a possibilidade de estudar famílias caracterizadas por diferentes graus de vulnerabilidade social. Assim, decidiu-se incorporar na investigação dois outros grupos de famílias (caracterizadas, supostamente, por menor grau de vulnerabilidade): um que requereu e recebeu o Auxílio Emergencial na Pandemia da COVID-19; outro que não beneficiário de qualquer desses benefícios, porém residindo nas mesmas localidades/bairros das famílias que compuseram os demais grupos.

Com o projeto inicial pronto, buscou-se verificar na literatura científica e cinzenta as definições do conceito de vulnerabilidade social. Isto porque, como será apresentado mais adiante, verificou-se não haver uma definição consensual. Assim, decidiu-se por realizar um levantamento bibliográfico que facilitasse a seleção de indicadores de vulnerabilidade social, que permitisse sua operacionalização no estudo, de modo que esses permitissem classificar o grau de vulnerabilidade das famílias. Além disso, também se elegeu um referencial teórico para o estudo: o dos Múltiplos Determinantes da Parentalidade de Jay Belsky (1984), também se realizando uma revisão a seu respeito. Ainda, uma vez que o modelo se baseia na etiologia dos maus-tratos infantis, também se levantou na literatura estudos que apontassem para fatores de risco associados à uma parentalidade

disfuncional/inadequada. Por último, realizou-se uma revisão de literatura sobre estilos parentais, uma vez que esse constructo foi adotado como medida de parentalidade, na presente investigação.

A síntese desses estudos teóricos, tendo por base a literatura científica e cinzenta, é apresentada a seguir (CAPÍTULO 1), e serviu de subsídio para a concepção e a implementação dos estudos empíricos que também serão apresentados, na sequência, na forma de artigos (n=2). O primeiro estudo (CAPÍTULO 2), buscou aportar um panorama geral da parentalidade em famílias em situação de vulnerabilidade social. Para isso, famílias em diferentes graus de vulnerabilidade social foram comparadas, de modo a verificar como variáveis e cada um dos domínios estipulados no modelo de Belsky (1984) se relacionavam com a parentalidade e, mais especificamente, qual ou quais prediriam a parentalidade funcional/adequada. O estudo traz contribuições não só em termos de relações de associação e de predição dessas variáveis, mas sobre como o grau de vulnerabilidade social se relaciona (ou não) com a parentalidade, na amostra do estudo.

O segundo estudo (CAPÍTULO 3), deriva do primeiro, na medida em que também se debruça sobre a parentalidade em famílias em situação de vulnerabilidade social, porém consideradas – segundo os indicadores adotados no estudo – igualmente vulneráveis, tendo como ponto de partida diferenças na capacidade de cumprir as condicionalidades estipuladas no PBF, com relação ao cuidado dos filhos. Nessa linha, buscou-se identificar quais características de cada domínio da parentalidade – adotando-se também o modelo de Belsky (1984) – poderia representar recursos e fragilidades para as famílias da amostra, em se considerando as diferenças no ponto de partida.

De um estudo ao outro, se busca uma compreensão mais ampla da parentalidade em famílias em situação de diferentes graus de vulnerabilidade social. O primeiro elucida quais variáveis relacionadas à parentalidade se destacaram na amostra, enquanto o segundo contribui com uma abordagem mais direta sobre variáveis que distinguiriam famílias pertencentes ao mesmo grau de vulnerabilidade social. Na sequência, realiza-se uma discussão geral (CAPÍTULO 4), seguidas das considerações finais. Entende-se que a vulnerabilidade social é um contexto que fomenta fragilidades nas famílias que vivem nessa condição e que, portanto, aumenta os desafios do exercício da parentalidade. Esta, por seu turno, merece atenção, pois traz impactos ao bem-estar e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes.

CAPÍTULO 1 – Aporte teórico

1. O conceito de vulnerabilidade social

O conceito de vulnerabilidade social é fundamental ao presente trabalho, pois ele remete às variáveis que qualificam o contexto mais amplo, que circunda as famílias que serão investigadas (famílias em situação de vulnerabilidade social). A rigor, a definição geral de vulnerabilidade social adotada é aquela usada nos documentos que orientam a política de Proteção Social Básica, no Brasil, a qual se atrelam também os critérios que permitem estabelecer grupos em maior ou menor situação de vulnerabilidade social. O conceito, contudo, conforme é apresentado nos documentos dos programas da Proteção Social Básica, não é explícito/claro, tampouco operacionalizável, e não remete a um referencial científico especificado. Aquilo que mais se aproxima de uma definição é a que segue abaixo, extraída de um trecho da PNAS 2004:

Destina-se [*a Proteção Social Básica*] à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (PNAS 2004, p. 31)

Num outro documento, que também remete à Proteção Social Básica, detalha-se melhor uma das dimensões da vulnerabilidade social, a dos vínculos sociais, apoiando-se em literatura científica. Trata-se do documento que norteia aquilo que se entende por “convivência” e “vínculos” pensando-se nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, da Proteção Social Básica (MDS, 2017), resgatando teóricos da Psicologia, Psicanálise e Sociologia, para delimitar a concepção de vínculo, chegando no seguinte ponto:

Depreende-se, portanto que esses diferentes autores, ao definirem conceitualmente “vínculos”, estão trabalhando com duas dimensões: apoios que as pessoas contam em situações difíceis e reconhecimento social derivado da representação que essa pessoa tem para seus pares. Essa é uma discussão a ser aprofundada, especialmente a partir das práticas profissionais e dos conhecimentos produzidos, pois os profissionais usam frequentemente a expressão “vínculos fragilizados” sem explicitar seus sentidos e para quais situações esta classificação está sendo utilizada. (MDS, 2017, p. 33-34).

Portanto, ainda que não haja uma definição única/unânime sobre a concepção de vínculos no documento, depreende-se que abarca a proximidade e a ligação que os

indivíduos podem/conseguem estabelecer entre si, com vistas a compreenderem-se/reconhecendo-se uns nos outros, e apoiarem-se.

O termo “vulnerabilidade” também tem sido empregado amplamente na literatura científica de forma pouco criteriosa. Dependendo do campo de estudo e das questões sociais em foco, pode assumir diferentes definições, sendo, eventualmente, interpretada como sinônimo de risco. Isto é problemático, pois impacta na operacionalização das políticas públicas que têm como escopo um segmento que está sendo classificado como vulnerável ou a risco ou em risco (Crestani & Rocha, 2018).

Dimenstein e Cirilo Neto (2020) indicam que o termo vulnerabilidade surgiu na área da saúde coletiva, no momento da “pandemia de HIV/Aids” (conforme colocação dos autores), em oposição ao termo “risco”, como modo de evitar a caracterização de pessoas como “sujeitos de risco”, num processo que produzia uma rotulação negativa, e consequente culpabilização dos indivíduos, com relação aos problemas que lhes afetavam. Assim, vulnerabilidade surge neste marco conceitual, como categoria a partir da qual se busca um posicionamento de diferenciação entre os dois conceitos: risco e vulnerabilidade. Nesta perspectiva, risco passa a ser entendido como probabilidade de um desfecho negativo, e não mais como uma relação de causalidade; e vulnerabilidade passa a remeter a uma noção de que indivíduos ou grupos ou indivíduos podem ser mais frágeis à exposição dos riscos, por viverem em condições perpassadas por uma diversidade de fatores – individuais, relacionais e contextuais – que incidiriam sobre condições de saúde.

No campo da Psicologia, Yunes e Szymansky (2001) recuperaram os marcos históricos dos estudos sobre resiliência, definindo e destacando o papel dos conceitos de risco e vulnerabilidade. Segundo as autoras, estes se relacionam com os estudos sobre resiliência, cujos termos precursores foram “invencibilidade” ou “invulnerabilidade”. Estes foram criticados por possuírem uma conotação de indivíduos totalmente imunes ao sofrimento, mas, segundo as autoras, este sentido permaneceu em muitas produções científicas. Segundo Yunes e Szymansky (2001), um autor importante do assunto é o psiquiatra britânico Michael Rutter. Uma das grandes contribuições dele foi a afirmação de que um único estressor pode não ter efeito significativo, mas dois ou mais podem aumentar a probabilidade de desfechos negativos. Ainda, segundo ele, resiliência é definida como uma resposta individual ao risco, sendo que pessoas diferentes podem experimentar diferentemente os mesmos estressores. Contudo, ele sublinha que a resiliência não deve ser compreendida como um atributo fixo do indivíduo, podendo

mudar a depender das circunstâncias (Rutter, 1985, citado por Yunes & Szymansky, 2001)).

No que diz respeito ao “risco”, os precursores no uso deste conceito estão no campo do comércio marítimo, em que se calculava o risco de perda de mercadoria, séculos atrás. Sua introdução ao campo das pesquisas científicas, relacionadas ao estudo de doenças e à prevenção, remete à epidemiologia e à medicina e, progressivamente, ao campo da saúde mental e aos estudos dos fatores associados a desfechos psicossociais negativos (Yunes & Szymansky, 2001). Nessa linha, é importante considerar que condições adversas como a pobreza, o conflito familiar e o abuso vão operar como fatores de risco (ou não), a depender dos mecanismos pelos quais ele ocorre (Cowan et al., 1996, citado por Yunes & Szymansky, 2001).

Ainda, Luthar (1993, citado por Yunes & Szymansky, 2001) propôs a distinção de dois níveis de risco: distal e proximal. O primeiro é experienciado indiretamente pela criança como o status socioeconômico; o segundo remete a uma variável mediadora, como o conflito entre os pais. Yunes e Szymansky (2001) também apontam a necessidade de se considerar processos ou mecanismos de risco para compreender a complexidade de respostas frente a riscos psicossociais ou socioculturais. Finalmente, no que diz respeito à vulnerabilidade, essa é nessa obra associada a predisposições a desordens ou a suscetibilidade ao estresse, operando apenas na presença do risco, remetendo mais propriamente a um conceito vulnerabilidade psicossocial (Yunes & Szymansky, 2001).

Assim, a depender da área de estudo e das problemáticas sobre as quais se pretende debruçar, a “vulnerabilidade” ganha uma forma e um enfoque específico, sendo a “vulnerabilidade” um termo que também se usa nos textos acadêmicos e nos documentos normativos. Vale dizer que muitos estudos, especialmente os internacionais, tratam da vulnerabilidade social na interface com os desastres naturais, pontuando quais fatores tornariam populações ou certos segmentos mais exposto a esse tipo de acontecimento (Cutter & Finch, 2000; de Loyola Hummell et al., 2016; Kuhlicke et al., 2011; Zahran et al., 2011; Paveglione et al., 2016; Tavares, Barros, Santos & Mendes, 2018; Tavares, Barros, Mendes, Santos & Pereira, 2018; Park & Xu, 2020; Spielman et al., 2020).

Enfocando o emprego deste termo/conceito na área da Psicologia, Scott e colaboradores (2018) realizaram uma revisão de literatura, sintetizando dados de publicações entre os anos 2005 e 2013, propondo três categorias sintéticas do sentido e do emprego do termo/conceito “vulnerabilidade social”, no Brasil. As categorias são: vulnerabilidade social como exposição a riscos; vulnerabilidade social baseada em

aspectos demográficos e/ou econômicos; vulnerabilidade social a partir de uma noção multidimensional (Scott et al., 2018).

Sobre a primeira categoria, vulnerabilidade social refere-se a um estado de elevada exposição a riscos – relacionados a doenças infectocontagiosas ou situações que impactam na qualidade de vida de indivíduos ou grupos –, como o baixo poder econômico. Nesse sentido, indivíduos ou grupos em certos contextos, estariam mais expostos aos riscos e teriam mais baixa capacidade de responder aos seus efeitos, estando mais suscetíveis aos desfechos negativos. Quanto à segunda categoria, ela trata de aspectos demográficos e socioeconômicos, assim como condições de saúde, em relação ao (baixo) acesso a direitos sociais. Ainda, ela estaria relacionada à (baixa) disponibilidade de recursos – materiais e simbólicos – aos indivíduos, dificultando a superação de determinada condição, por parte de uma pessoa e/ou grupo, e a necessidade de benefícios de programas sociais. Por último, a terceira categoria da revisão de Scott e colegas (2018), remete à vulnerabilidade social como categoria multidimensional, ou seja, que leva em consideração variáveis para além da econômica/material, tais como o desempenho nas relações sociais e a posição no mercado de trabalho.

No presente estudo, opta-se pelo sentido atrelado à categoria "Vulnerabilidade social", enquanto um conceito multidimensional. Esta, especificamente, tem uma definição mais clara na Sociologia e se refere ao resultado de um processo acentuado de discriminação e exclusão de indivíduos ou grupos, que os enfraquece e os fragiliza na cena social, no desempenho de seu papel como atores, perdendo a sua representatividade na sociedade (Padoin & Virgolin, 2010). O processo de discriminação e exclusão se dá no jogo entre forças associadas à estrutura e ao funcionamento da sociedade, estando em geral associado a fatores que podem ser de natureza econômica, cultural, étnica e até de localização geográfica (Padoin & Virgolin, 2010). A vulnerabilidade social se traduz em dificuldades de acesso às oportunidades sociais, econômicas e culturais, resultando em desvantagens no plano do desempenho e da mobilidade social, com aumento da insegurança e da desproteção social. As desvantagens, por sua vez, reforçam a discriminação e a exclusão, e dificultam a integração social, com gradativa fragilização do vínculo social (Pizarro, 2001).

Assim, comunidades, grupos, famílias e indivíduos socialmente vulneráveis têm menos recursos para lidar e enfrentar situações adversas de qualquer natureza, sendo, por isso, mais suscetíveis aos reveses decorrentes das adversidades. Para Katzman e colaboradores (1999), a vulnerabilidade social deve ser entendida justamente como a

ausência, por parte de indivíduos, famílias, grupos ou comunidades, de ativos capazes de entrepor-se aos efeitos negativos de situação adversas, ou seja, de recursos que poderiam ser mobilizados para lidar/enfrentar situações desfavoráveis, que lhes dariam maior controle sobre as forças que afetam seu bem-estar, e/ou que lhes permitisse maior aproveitamento das oportunidades. Os recursos devem ser sempre analisados no contexto dos padrões de mobilidade e integração social que definem as possibilidades, em cada sociedade.

Esclarecer e delimitar a vulnerabilidade social conceitualmente no presente estudo, é necessário por duas razões. Primeiro, pela importância de ter clareza de quais variáveis descrevem essa condição, na qual os participantes do estudo serão recrutados. Em termos práticos, o conceito remete à área da assistência social, uma vez que nela são formuladas as normativas que estabelecem os grupos tidos como socialmente vulneráveis - ou seja, elegíveis para se beneficiarem de serviços e programas da proteção social básica, no campo da assistência social, na sociedade brasileira.

A segunda razão remete aos apontamentos na literatura científica revisada, pelo fato dela estar relacionado a vários desfechos negativos, em função da fragilidade ante impacto de fatores de risco ao desenvolvimento humano. Só para citar, estudos destacam: deficiência e mortalidade de adultos maiores de 50 anos em diferentes países europeus mediterrâneos e continentais (Wallace et al., 2015); baixa proficiência motora, deficiência nutricional e baixa performance escolar em crianças brasileiras (Nobre et al., 2018); baixo status de saúde em uma amostra brasileira (Barata et al., 2011). O estudo de Galvagno e colaboradores (2019) também traz dados nesse sentido e será apresentado abaixo, pois elucidada mais elementos de interesse para a presente investigação.

Buscando verificar o desenvolvimento das funções executivas e da regulação emocional no segundo ano de vida de crianças, ou mais especificamente como elas se desenvolvem no início da primeira infância e esse desenvolvimento se relaciona com a atenção conjunta, o temperamento e a vulnerabilidade social, Galvagno et al. (2019) estudaram uma amostra latino-americana - que incluiu os países Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru e Equador - composta por 60 díades de mães e bebês que tinham entre 18 e 24 meses. O procedimento da pesquisa envolveu a aplicação de uma bateria de tarefas com as crianças e a administração de dois questionários: uma escala de nível socioeconômico e um de temperamento infantil. Os resultados apontaram que bebês provenientes de ambientes caracterizados pela vulnerabilidade social apresentaram menor maturidade nas capacidades de performance nas funções executivas e na regulação

emocional, reiterando a possibilidade de tais contextos dificultarem as aquisições esperadas (Galvagno, 2019). Segundo os autores, além dos fatores característicos de tais ambientes, há o nível de escolaridade dos cuidadores e o tipo de casa que habitam, sendo que estas questões estariam relacionadas ao tipo e/ou nível de estimulação disponível para as crianças.

Alguns estudos (Cutter & Finch, 2000; de Loyola Hummell et al., 2016; Park & Xu, 2020; Spielman et al., 2020) fizeram uso de um índice para aferir a vulnerabilidade social, o SoVI (Social Vulnerability Index). O SoVI é um índice que foi construído com dados socioeconômicos e demográficos dos EUA da década de 90, levando conjuntamente em consideração fatores que os autores revisaram na literatura que representariam conceitos de vulnerabilidade social - como status socioeconômico, gênero, raça e etnia, idade etc. - e que é dotado de onze fatores que, para o contexto brasileiro, foram reduzidos para dez: pobreza, desenvolvimento urbano/rural, migração, população com necessidades especiais, raça (indígena) e pobreza infraestrutural; falta de emprego público; economia baseada no turismo; diversidade racial; densidade populacional; e indústria extrativista² (de Loyola Hummell et al., 2016).

No contexto brasileiro, também foi elaborado o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Este é um índice sintético que faz uso de dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - que, na visão do IPEA, seriam indicadores de vulnerabilidade social - e visa demonstrar condições de vulnerabilidade social em diferentes territórios brasileiros, além de se propor como um substituto do índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) (Costa et al., 2018). A abordagem conceitual de vulnerabilidade social que o referido índice adota foi construída sobre duas perspectivas teóricas que, em linhas gerais, tratam das condições de posse e acesso aos serviços dos indivíduos e de sua inserção no mercado de trabalho. Porém, o IPEA agrega novos elementos a tais perspectivas, alegando que elas conteriam um caráter individualizante de vulnerabilidade social e apontando que segmentos inteiros se encontram expostos aos riscos de maneira desigual na sociedade de mercado. Consequentemente, alega-se que o Estado, através das políticas públicas, deve se responsabilizar e intervir em tais iniquidades (Costa et al., 2018). O IVS

² Tradução livre da autora. Do original: poverty, urban/rural development, migration, special needs population, race (Indian) and poor infrastructure, lack of public employment, tourism-based economy, racial diversity, population density, extractive industry.

resulta da média aritmética de três dimensões: infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho.

Na literatura científica revisada, também foram verificados alguns estudos que elucidaram características de famílias em situação de vulnerabilidade social. Três aspectos em comum obtidos nos resultados destes trabalhos foram: a presença de situações de violência, a fragilização de vínculos; a privação de recursos (Poletto, Koller & Dell’Aglío, 2009; Barreira, Makhoul & Cohn, 2011; Silva, Costa & Nascimento, 2019; Souza, Panúncio-Pinto & Fiorati, 2019). Compreende-se, portanto, que a vulnerabilidade social pode tornar a parentalidade mais desafiadora e, conseqüentemente, aumentar a probabilidade de práticas parentais disfuncionais que, levadas ao extremo, configuram os maus-tratos infantis, uma vez que os cuidadores dispõem de menos recursos para lidar com os fatores de risco que podem estar presentes na interação com a criança.

A partir dos indicadores comuns, de vulnerabilidade social, segundo a literatura científica e cinzenta - busca-se assumir uma conceituação operacional, para o presente trabalho, que se possa empregar ao longo desta pesquisa, coerente ao objeto de interesse do estudo: as famílias, ou melhor, as práticas de cuidado infantil presentes nas famílias tidas como em situação de vulnerabilidade social. Apesar de a literatura ter apontado algumas divergências no que diz respeito à visão do que seria a vulnerabilidade social, parece ser consenso de que a vulnerabilidade social seria uma baixa capacidade de responder ao risco devido a uma condição/situação, que diz respeito a um arranjo de aspectos ambientais, econômicos, sociais e individuais.

Para caracterizar uma condição de vulnerabilidade social, portanto, estes aspectos devem se configurar como variáveis que convergem para a vulnerabilização de um indivíduo, família, grupos ou segmento social. Neste estudo, considerando a literatura levantada, serão consideradas enquanto variáveis/indicadores de vulnerabilidade social: Status Socioeconômico (renda familiar, renda per capita, escolaridade e mercado de trabalho); acesso a infraestrutura e serviços (condições de moradia e do bairro); pertencimento social (rede social, disponibilidade de ajuda da vizinhança e cor).

2. Parentalidade e maus-tratos infantis

O termo “parentalidade” é um neologismo que passou a compor a linguagem coloquial nos anos de 1980, como substituto do termo “função parental” (Souza & Fontella, 2016). Ele foi difundido no meio científico sem uma definição operacionalizável e, em um primeiro momento, foi estudado pela Sociologia e, em seguida, incorporado em

diversas disciplinas (Souza & Fontella, 2016) e, até mesmo, em diferentes áreas da Psicologia (Carvalho-Barreto, 2013; Souza & Fontella, 2016). No contexto brasileiro, as primeiras publicações sobre parentalidade, na Psicologia, datam do ano de 2001, havendo uma concentração na área da Psicologia Clínica, de abordagem psicanalítica, em associação a outros temas como, por exemplo: parentalidade em períodos de transição (enfocando mudanças no desenvolvimento da pessoa e na relação com o/s filho/s, no momento em que se torna pai/mãe); parentalidade e relação de gênero; parentalidade em contextos adversos (pobreza, situação de doença terminal, violência ou privação de liberdade); parentalidade na adoção; parentalidade homoafetiva (Carvalho-Barreto, 2013).

O conceito de parentalidade tem sido definido e aplicado de diferentes formas, em diferentes períodos (Hoff, Laursen & Tardif, 2002). Nesse sentido, Virasiri e colaboradores (2011) realizaram um estudo de análise conceitual, que teve como objetivo contribuir com uma definição precisa de parentalidade. Isso porque constataram que os estudos tendiam a relatar a parentalidade com o uso de termos e conceitos que representam atributos da parentalidade – como processo familiar, papel parental etc. Os autores, assim, definiram a parentalidade enquanto um processo e uma atividade intencional – incluindo interações voltadas a criar e educar uma criança – que os pais/cuidadores realizam para promover o crescimento e desenvolvimento infantil saudável. Ela é uma atitude positiva, intencional e estimulante que provê suporte, carinho e amor, mas que pode ser desempenhada de forma negativa, a depender da performance do cuidador, que, por sua vez, depende de vários fatores/determinantes (Yunibhand & Chaiyawa, 2011).

Quando o desempenho negativo da parentalidade atinge níveis muito elevados de disfuncionalidade, verifica-se o fenômeno dos maus-tratos infantis (Skowron & Woehrle, 2012). Os maus-tratos de crianças é um fenômeno presente desde sempre na história da civilização, embora somente a partir da década de 1960 passaram a ser entendidos como um problema, quando a comunidade médica se atentou para o aumento do número de lesões não acidentais nas clínicas pediátricas (Cicchetti & Olsen, 1990). É complexo definir os maus-tratos, pois há definições diferentes no campo legal e até mesmo no científico, havendo neste último variações quanto aos métodos de classificação e mensuração (Cicchetti & Toth, 2005; Manly, 2005). Uma definição aceita é a de que:

Abuso ou maus-tratos infantis constituem todas as formas de maus-tratos físicos e/ou emocionais, abuso sexual, negligência ou tratamento negligente, ou exploração comercial ou outra, resultando em efetivo ou potencial dano para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (WHO, 1999, p.15) ³

Os maus-tratos infantis podem ser praticados por familiares, amigos, cuidadores, conhecidos, estranhos, autoridades (como professores e policiais), empregadores, profissionais da saúde e outras crianças (WHO & ISPCAN, 2006), mas a maioria dos casos acontece nas famílias (Miller-Perrin & Perrin, 2012). Nesse âmbito, sabe-se que os maus-tratos têm estreita articulação com a parentalidade. No quadro da proteção à infância, por exemplo, sabe-se que não é a categoria de maltrato, nem sua severidade, que prediz o bem-estar futuro e a segurança da criança; a "variável crítica" é, a rigor, o nível de perturbação da parentalidade (Pereira & Alarcão, 2010). Como refere Budd (2005 apud Pereira & Alarcão, 2010), citando a Associação de Psicologia Americana (American Psychological Association Committee on Professional Practice and Standards, 1998), “no seu melhor, as avaliações da parentalidade podem fornecer uma perspectiva objetiva e informada que aumenta a clareza das decisões relacionadas com o bem-estar da criança”.

Os fatores de risco para os maus-tratos a crianças e adolescentes por cuidadores primários são, assim, fatores suscetíveis de produzirem perturbação na parentalidade. Alguns estudos de meta-análise os apresentam em função das dimensões associadas à parentalidade. No nível das características dos cuidadores, por exemplo, destaca-se o fato deles terem histórico de maus-tratos na própria infância, tendo esta variável associação fraca, porém significativa, com o comportamento parental disfuncional (Savage et al., 2019). Em efeito, segundo IJzendoorn e colaboradores (2020), detecta-se uma mediação parcial da personalidade do cuidador na transmissão intergeracional dos maus-tratos. Nessa linha, em uma revisão mais antiga, realizada por Stith e colaboradores (2009), destacam-se como um importante fator de risco, a raiva e a hiper-reatividade, tendo essas variáveis um tamanho de efeito grande (um dos maiores) para o abuso físico infantil. Esses autores apontam também que a percepção negativa dos pais sobre a criança e a raiva/hiper-reatividade dos pais/cuidadores atuariam como moderadores para a

³Tradução livre da autora. Do original: Child abuse or maltreatment constitutes all forms of physical and/or emotional ill-treatment, sexual abuse, neglect, or negligent treatment or commercial or other exploitation, resulting in actual or potential harm to the child's health, survival, development or dignity in the context of a relationship of responsibility, trust or power.

negligência e para o abuso físico infantil. Ademais, duas características parentais destacam-se como fatores específicos ao abuso emocional: ser mãe/pai adolescente e ter problema de saúde mental parental (Murphy et al., 2018).

No nível das relações familiares, a dissolução familiar é sublinhada como o fator de risco geral mais importante, desempenhando papel significativo tanto em casos de múltiplos abusos, concomitantes, como em casos de abuso sexual e de abuso emocional, isoladamente. Nos casos de abusos múltiplos, concomitantes, outras variáveis se mostram significativas: histórico de violência parental e privação econômica familiar (definida como desemprego crônico) (Murphy et al., 2018). IJzendoorn e colaboradores (2020) também encontraram maior risco para abuso e para negligência quando os pais sofrem violência por parceiro íntimo. Na mesma direção, a revisão realizada por Stith e colaboradores (2009) já destacava alto conflito e baixa coesão familiar.

No que se refere às características das crianças, a literatura sublinha que os maus-tratos infantis se relacionam mais fortemente com a percepção que o adulto tem da criança, que às características desta, propriamente. Assim mesmo, três fatores se mostram significativamente relacionados aos maus-tratos infantis, quando se avaliam as crianças/adolescentes: a baixa competência social e os problemas de comportamento internalizantes e externalizantes (Stith et al., 2009).

Em termos contextuais, os maus-tratos de crianças e adolescentes se mostraram mais fortemente associados à condição de baixo nível socioeconômico. IJzendoorn e colaboradores (2020) ressaltam que o baixo acesso a recursos sociais e materiais são preditores fortes de riscos de maus-tratos infantis (IJzendoorn et al., 2020). Segundo a revisão de Stith e colaboradores (2009), a condição de desemprego dos cuidadores e o tamanho da família se relacionariam moderadamente à negligência e fracamente ao abuso físico.

É importante sublinhar que a probabilidade de desfecho negativo, no plano da parentalidade, é regulada pelo número de fatores de risco presentes para uma família, sendo que o seu impacto deve ser analisado pelo prisma das transações entre as variáveis, que se influenciam mutuamente, em certo nível ecológico, lembrando que famílias diferentes podem apresentar problemáticas semelhantes, no tocante aos cuidados dos filhos, mas estarem submetidas a conjuntos diferentes de fatores de risco (Cicchetti & Toth, 2005).

3. Referencial Teórico: Modelo dos Múltiplos Determinantes da Parentalidade

Belsky (1984) buscou compreender os motivos pelos quais os pais agem como agem e, sinalizando a falta de um modelo que sintetizasse os achados existentes sobre a parentalidade, apresentou um modelo baseado na etiologia dos maus-tratos infantis. O autor, naquele momento, questionava se as mesmas fontes que a literatura dos maus-tratos indicava como influenciando a parentalidade, poderiam ser as mesmas na parentalidade funcional. Assim, propôs três domínios diferentes de determinantes da parentalidade: características pessoais e psicológicas dos pais, o das características da criança e o das fontes contextuais de estresse e de suporte. O autor propôs que a parentalidade seria fruto da interação entre as características dos pais, da criança e os aspectos contextuais – relações maritais, rede social e trabalho. Em situações em que em um ou mais domínios houvesse problemas/risco, os recursos dos pais seriam os mais efetivos em proteger o funcionamento do sistema, comparando-se com aqueles do contexto, que seriam mais efetivos que o das características da criança. Assim, as características da criança, por si só, não configurariam uma dificuldade no funcionamento parental, à exceção de situações em que o domínio do cuidador e do contexto envolvam problemas/risco. Em última instância, o desenvolvimento da criança seria um produto da dinâmica da interação entre todas essas características, concebida de um ponto de vista sistêmico (Belsky, 1984), e os pais/cuidadores exerceriam a parentalidade em função do suporte e do acúmulo de estresse (ou fatores de proteção e de risco) (Belsky, 2008). Nessa perspectiva, o autor elaborou um esquema (Figura 1) para ilustrar o sistema de interação entre os referidos fatores.

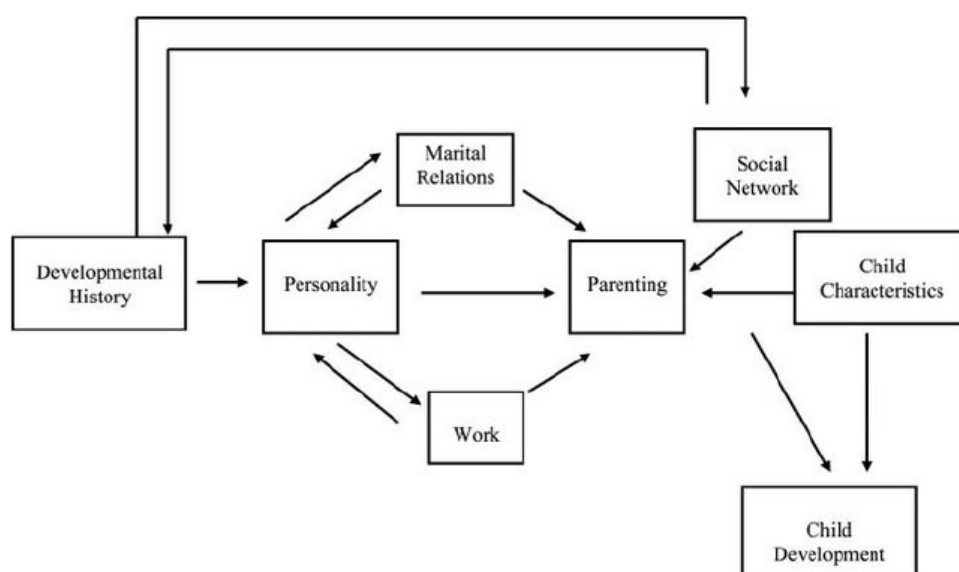


Figura 1

Múltiplos determinantes da parentalidade (Belsky, 1984).

Características do cuidador

No domínio do cuidador, Belsky (1984) sustenta seu modelo com pressupostos teóricos de que um conjunto de características pessoais tornariam o adulto mais disposto para o exercício da parentalidade. São elas as características de personalidade e o bem-estar psicológico dos cuidadores. Ambos seriam em parte produzidos pela história do desenvolvimento do cuidador – que estaria relacionada às experiências na infância positivas e/ou negativas (como o abuso ou a separação dos pais). Nesse sentido, o autor compreende que os indivíduos devem ser maduros e psicologicamente saudáveis para exercer adequadamente a parentalidade, uma vez que para agirem de forma responsiva e sensível à criança, é necessário ter a habilidade de tomar sua perspectiva, controlar os próprios impulsos, se sentir seguro com a própria vida e manter-se no papel de cuidador, mesmo nos momentos mais desafiadores, no tocante ao comportamento infantil (Belsky & Barends, 2002).

A respeito da história de desenvolvimento do cuidador, importante destacar que muitos estudos sugerem uma relação de quase causalidade entre ter sofrido maus-tratos na infância e praticar maus-tratos na vida adulta, enfatizando o que tem sido denominado como transmissão intergeracional dos maus-tratos infantis, tendo por base hipóteses relativas aos mecanismos de aprendizagem social, de um padrão de cuidado. Nesse sentido, Belsky e colaborador, ponderaram que não se pode desconsiderar que muitos dos estudos realizados com essa perspectiva – da transmissão intergeracional – são retrospectivos e não levam em conta que os respondentes que não reportaram práticas negativas podem não acessar certas memórias de eventos que teriam tido impacto significativo na trajetória relatada, assim como há quem reporte práticas negativas sem significar suas memórias como maus-tratos (Belsky & Jaffee, 2006). Além disso, ainda que haja evidências robustas nesse sentido, cabe ressaltar que não se trata de uma relação de causalidade e que há situações em que esse ciclo é quebrado. A revisão sistemática de Greene e colaboradores (2020), por exemplo, denota que há estudos que apresentam uma relação consistente entre ter sofrido maus-tratos na infância e apresentar um risco maior para uma parentalidade abusiva ou negligente, mas também que há outros que evidenciam que em muitos casos esse ciclo se quebra, por conta de fatores que diminuíram o risco da transmissão (Greene et al., 2020).

Outros estudos corroboraram a importância de aspectos de personalidade (Abidin, 1992; Prinzie, Stams, Deković, Reijntjes & Belsky, 2009) e das condições de saúde mental do cuidador (Cid e Matsukura 2010) na parentalidade. Ainda que a personalidade

e a psicopatologia interajam entre si, muitos estudos as tratam de separadamente (McCabe, 2014). No que diz respeito à personalidade, Belsky (1984) pontuou que, quando propôs seu modelo, a literatura que relacionava os atributos psicológicos pessoais do cuidador no funcionamento parental era pobre, havendo mais evidências relacionadas à maturidade da mãe em termos de idade e um excessivo enfoque dos estudos investigando a parentalidade e as condições de saúde mental, com foco na depressão materna. Em termos históricos, a relação entre personalidade e parentalidade surgiu com a psicanálise buscando compreender a influência do comportamento dos pais na psicopatologia infantil, sendo incorporada nos anos 60 pela psicologia do desenvolvimento e, apenas posteriormente, nos anos 80, época de aumento expressivo de estudos nesse campo, que o estudo da personalidade passou a ser progressivamente realizado por meio de uma concepção de personalidade diferente, baseada em traços, a do Modelo dos Cinco Fatores (*Five Factor Model - FFM*, em inglês) (Belsky & Barends, 2002). O FFM é uma teoria que explica as dimensões da personalidade através de cinco traços: Extroversão/Insurgência; Agradabilidade; Conscienciosidade; Neuroticismo/Instabilidade Emocional; Abertura à Experiência/Intelecto. A Extroversão se refere a pessoas falantes, sociáveis, otimistas e ativas. A agradabilidade diz respeito a pessoas confiáveis, cooperativas e bondosas. A Conscienciosidade descreve indivíduos organizados, cuidadosos e disciplinados. O traço de Neuroticismo remete a pessoas emocionalmente instáveis que comumente apresentam sintomas de ansiedade e depressão, além de ficarem facilmente estressadas. Por último, a Abertura à Experiência é descrita como um traço de pessoas que se engajam em novas experiências e são imaginativas (Antonioni, 1998; Belsky & Barends, 2002).

Um dos estudos que incorporou o Modelo dos Cinco Fatores e buscou superar o enfoque “na depressão materna” foi do próprio Belsky, com alguns colaboradores (1995). Com o objetivo de verificar a associação entre personalidade, humor transitório e pequenos eventos estressores diários em pais e mães de bebês brancos da classe média, Belsky, Crnic e Woorwoth (1995) encontraram efeitos moderadores da personalidade. No caso das mães, altos níveis de agradabilidade predisseram altos níveis de parentalidade positiva e altos níveis de neuroticismo contribuíram para o humor negativo e para sensibilidade maior à experiência de estresse diário e, conseqüentemente, maior expressão de afeto negativo à criança. Esses se mostraram pouco estimulantes e mais insensíveis nas interações com o bebê (Belsky et al., 1995). Estudos mais recentes corroboraram as relações significativas entre neuroticismo e agradabilidade com a

parentalidade, além de mostrarem relações com os outros traços FFM. A revisão realizada por Belsky e Barends (2002) apontou que o neuroticismo, incluindo altos níveis de depressão, ansiedade e irritabilidade/hostilidade, se relacionaram com uma parentalidade menos competente, ou seja, menos ativa e envolvida, bem como mais negativa, intrusiva e supercontroladora. A extroversão, a conscienciosidade e a agradabilidade se mostraram relacionadas com a parentalidade positiva. Poucos estudos focaram a abertura à experiência, naquele momento. Importante pontuar que nesta revisão foi verificado – da mesma forma que na década de 80 – um enfoque nos estudos da “depressão materna”, enquanto parte do traço de neuroticismo, neste momento.

Um estudo de revisão mais recente, realizada por Silva e Vieira (2018), apontou que, no levantamento realizado, foram encontrados apenas publicações internacionais, havendo uma tendência a se investigar a personalidade materna e relações entre integrantes de famílias nucleares. Além disso, a perspectiva teórica predominante foi a dos múltiplos determinantes da parentalidade de Belsky (1984) e o FFM. Os resultados também apontaram que o neuroticismo influenciou pais e mães. Essa característica nas mães se relacionou à afirmação de poder, ao baixo suporte aos filhos e à eliciação de comportamento agressivo. Por outro lado, pais e mães com pontuações altas em conscienciosidade se mostraram emocionalmente envolvidos e capazes de colocar limites na educação dos filhos (Silva & Vieira, 2018).

Em síntese, na revisão realizada sobre os aspectos de personalidade e parentalidade, foram evidenciadas associações positivas entre os traços de agradabilidade, extroversão e conscienciosidade com práticas parentais positivas, bem como entre os traços de neuroticismo e práticas negativas. O estudo de revisão de Vafaenejad, Elyasi, Moosazadeh e Shahhosseini (2019) corroborou com esses achados, indicando que a abertura a experiências também seria um traço a influenciar positivamente a parentalidade.

No campo da psicopatologia, Belsky e Jaffee (2006) sinalizaram que a maioria das produções tendiam a se debruçar sobre transtornos de humor, transtorno de abuso e dependência de álcool, transtorno de personalidade antissocial e esquizofrenia, sendo que os altos níveis de comorbidade entre as desordens e a ocorrência de eventos estressores em paralelo a elas podiam fomentar a associação entre as desordens e uma parentalidade menos sensível e menos responsiva. No caso dos transtornos de humor em geral, Cid e Matsukura (2010), hipotetizaram, a partir dos resultados de estudo empírico, que psicopatologias desse grupo provavelmente afetariam a motivação parental, pois as mães

apresentariam dificuldades em perceber aspectos positivos do cotidiano – como relações sociais positivas, que afetam a percepção de suporte social – e a própria diferenciação das próprias emoções com as da criança.

Outro estudo empírico que verificou a relação entre parentalidade e problemas de saúde mental do cuidador foi o de Zhong e colaboradores (2021). Os autores estudaram as relações de mediação das práticas parentais (habilidades e investimento parental) com a saúde mental (desordens associadas com depressão, ansiedade e estresse) do cuidador e o desenvolvimento infantil, utilizando uma amostra da população rural da China. Sobre os resultados relativos às questões de saúde mental, foi encontrado que a depressão foi a mais prejudicial às práticas parentais e ao desenvolvimento infantil, quando comparada com a ansiedade e o estresse. De forma geral, uma condição de saúde mental mais fragilizada compromete mais o investimento e as habilidades parentais (Zhong et al., 2021). Segundo os autores, cuidadores com essa condição proveriam menos variedade de materiais para brincar, estimulando menos o desenvolvimento cognitivo, a linguagem, a motricidade e o funcionamento socioemocional, por o cuidador se engajaria menos em atividades de brincar e se engajariam mais comportamentos mais coercitivos com a criança.

O estudo conduzido no contexto brasileiro por Hensel (2021), por seu turno, não verificou a mesma relação entre coerção e saúde mental. Porém, também encontrou uma associação entre práticas positivas e melhores indicadores de saúde mental. Interessante pontuar que neste estudo foi conduzida uma comparação entre dois grupos - um com mães com maior escore de saúde mental, de acordo com o instrumento empregado, e outro com menor. Aquele com melhores indicadores de saúde mental apresentou, além de práticas positivas, mais anos de escolaridade, maior renda e escore de apoio social (Hensel, 2021).

Características da criança

No que diz respeito às características da criança, Belsky (1984, 2008) chamou a atenção para o temperamento levando em conta as evidências disponíveis, já à época em se dedicava à elaboração do modelo, entendendo este como representando maior ou menor desafio ao investimento parental. Comumente, os estudos apontam que um temperamento fácil é promotor de práticas parentais positivas e o difícil de práticas negativas, uma vez que crianças mais adaptáveis, fáceis de acalmar ou sociáveis eliciam práticas de calor e responsividade parental, enquanto aquelas mais irritáveis, ou que demandam muito dos cuidadores eliciam irritação nos mesmos ou até mesmo uma diminuição no contato ou na

estimulação (Putnam, Sanson & Rothbart, 2002). Essa relação foi evidenciada especialmente no tocante às características emocionais negativas, que diriam respeito a crianças com comportamentos mais difíceis de manejar e mais prováveis de desenvolver problemas de comportamento externalizantes (Belsky & Jaffee, 2006).

O estudo de Padilla e colaboradores (2020), por exemplo, que verificou essa relação. Com uma amostra de uma pesquisa longitudinal estadunidense, esses pesquisadores examinaram a associação entre reatividade emocional, problemas de comportamento internalizantes e externalizantes e a associação do temperamento com comportamento parental na infância considerando variáveis de Status Socioeconômico (SSE). Os autores encontraram que a reatividade negativa predisse menos suporte emocional e estimulação cognitiva, e maior frequência de palmadas em famílias com diferente escolarização e renda. Em termos de desfecho, crianças/filhos de pais menos escolarizados apresentaram mais problemas de comportamento externalizantes e crianças/filhos com negatividade emocional apresentaram problemas internalizantes, a despeito de diferentes SSE.

No entanto, apesar de muitas pesquisas relevantes sugerirem efeitos fortes do temperamento das crianças/filhos, na parentalidade, desde o início da vida, é importante pontuar que os dados ainda não são consistentes, havendo estudos que apontam para resultados divergentes na relação entre temperamento e parentalidade (Belsky & Jaffee, 2006). Ainda que não haja consenso sobre essa relação, é possível afirmar que as características individuais na relação cuidador-criança interagem e se retroalimentam (Belsky & Jaffee, 2015; Bornstein, 2016; Llorca-Mestre et al., 2017). Problemas de comportamento nas crianças e nos adolescentes, ao mesmo tempo em que podem funcionar como fator de risco às práticas parentais inadequadas, incluído aí os maus-tratos, são também, em muitos casos, consequências das práticas. Essa relação foi evidenciada nos estudos levantados por Vafaenejad e colaboradores (2019), os quais apontaram que as características da criança – não só o temperamento, mas déficits ou defasagens mentais e desenvolvimentais, fobia social e vergonha, ansiedade e baixo apego e inteligência emocional – podem suscitar sentimentos negativos sobre a parentalidade ou levar a comportamentos desafiadores da criança, ou problemas de saúde mental nas crianças ou nos pais, os quais, por sua vez, afetam a parentalidade. O estudo de Aguirre Sandoval (2022) evidenciou essa relação em pais que exercem práticas parentais distintas. No estudo, a permissividade de um dos cuidadores aumentava os problemas de comportamento na criança que, por seu turno, suscitava mais práticas

disciplinares violentas por parte do outro cuidador, o que novamente aumentavam os problemas de comportamento infantil.

Fontes contextuais de estresse e de suporte

No nível contextual, Belsky (1984) enfatiza a função do apoio social, devido à sua forte correlação positiva com a parentalidade adequada, em suas três formas: o emocional, relacionado ao amor e à aceitação experienciados nas interações com outros; o instrumental, relacionado ao provimento de informação e de ajuda prática, nas tarefas cotidianas (como no cuidado infantil, por exemplo); e o apoio ligado à expectativa social com relação ao papel parental, pela oferta de modelo e de parâmetro quanto ao que se espera, enquanto desempenho do papel de cuidador (com oferta de orientação prática de cuidado adequado e/ou culturalmente mais aceitável). Ademais do apoio social, sabe-se que as variáveis que modulam os níveis de estresse familiar remetem a inúmeros elementos, que vão desde o estado civil dos pais/responsáveis – em menção à mono ou à bi-parentalidade (Arcos et al., 2014; Schaan, Schulz, Schächinger & Vögele, 2019), até a força do vínculo familiar e a qualidade das relações na família (Richaud et al., 2013b). Já as fontes de estresse e suporte que podem promover ou enfraquecer a competência parental, de acordo com a literatura do abuso infantil, seriam: as relações conjugais/maritais, o trabalho dos pais/cuidadores e a rede social.

Relações Maritais

Em seu modelo, Belsky pressupõem que a qualidade das relações maritais estaria relacionada à história desenvolvimental dos cuidadores e à personalidade destes. Essas variáveis teriam um impacto no bem-estar psicológico do cuidador e, conseqüentemente, no exercício da parentalidade. As relações maritais constituir-se-ia na variável mais importante, em nível contextual, no caso de casais, enquanto a rede e o apoio social seriam mais importantes no caso de mães solo ou adolescentes (Belsky, 1984). Por um lado, uma relação conjugal/marital saudável favoreceria o cuidado infantil na/pela família (Belsky 1984; Belsky & Jaffee, 2006). Enquanto fonte de suporte, o casamento pode funcionar provendo não apenas afeto entre o casal, mas também auxílio que facilita a energia, a atenção e a motivação para uma parentalidade positiva (Belsky & Jaffee, 2006; Vafaenejad et al., 2019). Por outro lado, conflitos nas relações maritais podem impactar a parentalidade de forma negativa e, conseqüentemente, as relações com as crianças/adolescentes (Kitzmann, 2000; Buehler & Gerard 2002; Vafaenejad et al.,

2019). Kitzmann (2000), de modo experimental, avaliou a interação de crianças com seus pais após a exposição dos últimos a uma situação de conflito marital e verificou uma correlação significativa com interações familiares negativas, subsequentes. Ainda, a qualidade da interação da díade marital com a mãe/pai-criança era afetada, sendo que a negatividade na primeira se relacionou significativamente com menor coesão, suporte/engajamento e calor/afeto dos pais com relação à criança, bem como menor presença de parentalidade democrática – efeito este denominado *spillover*.

Na mesma linha, Buehler e Gerard (2002) encontraram associação entre conflito marital e uso de disciplina severa, pelos pais, diminuindo a interação com a criança/adolescente, mas aumentando os níveis de conflito entre eles que, por sua vez se mostrou associado a níveis mais elevados de mal ajustamento na criança/adolescente, caracterizando novamente o efeito *spillover*. No entanto, cabe ressaltar que os autores não encontraram essa relação em famílias com adolescentes em situação de pobreza.

No que diz respeito à monoparentalidade, conforme já mencionado, Belsky (1984) destacou a importância do apoio social para o cuidador. No contexto brasileiro, estudos reiteraram a importância desta variável, em famílias em condição de vulnerabilidade social (Franchini & Aglio, 2015; Benatti et al., 2021). No estudo de revisão sistemática de Bennatti e colaboradores (2021), foram analisados 22 estudos empíricos nacionais, sendo 18 deles qualitativos, três quantitativo-qualitativo e um quantitativo, na área da Psicologia. De modo geral, aqueles que abordaram famílias em situação de vulnerabilidade social apresentaram uma capacidade de adaptação aquelas condições, mas os autores destacaram a importância das redes de apoio ou suporte social como fatores de proteção ao funcionamento familiar

Trabalho

Quanto ao trabalho, no modelo teórico destacado, o autor destaca a situação empregatícia e a natureza do trabalho dos pais/cuidadores, e relaciona esses fatores com as práticas parentais (Belsky, 1984). Especificamente a condição de desemprego, Belsky pontuou que, à época em que propôs o modelo, a literatura relacionava esta variável com as práticas de maus-tratos infantis. Estudos mais recentes, desenvolvidos no contexto da pandemia da COVID-19 – que implicou no aumento das taxas de desemprego – deram endosso a certos aspectos dessa relação. O estudo de Wong e colegas (2021) verificou que pais que tiveram uma redução significativa na renda ou perderam seu emprego apresentaram probabilidade de duas a três vezes maior de maltratar fisicamente os filhos,

em comparação aos que não tiveram uma alteração na renda. Ma e colaboradores (2022) encontraram uma associação positiva entre taxas de abuso físico e emocional e a presença de um cuidador ou outro adulto desempregado no domicílio.

Rede Social

A rede social, por seu turno, quando percebida como fonte de apoio, também favoreceria o cuidado infantil na/pela família (Belsky, 1984; Gelkopf & Jabotaro, 2013; Midori Sakuramoto et al., 2014; Liu et al., 2020). O estudo de Gelkopf e Jabotaro (2013) encontrou que uma rede social mais ampla se relacionou com maior competência parental em uma amostra de mães com problemas de saúde mental severos. Midori Sakuramoto (2014), por seu turno, buscou as relações entre o apoio social dos pais, as práticas parentais e a saúde mental dos filhos. No mesmo sentido que o estudo anterior, encontrou que o apoio social favoreceu as práticas parentais. Estas, por sua vez, atuaram indiretamente na saúde mental das crianças/adolescentes. Importante destacar que o estudo de Midori Sakuramoto (2014) considerou a satisfação com o apoio social disponível aos pais e não apenas o número de pessoas a compor a rede de apoio, o que se alinha com a observação realizada por Belsky, na proposição de seu modelo, em que destaca que a rede social não seria apenas o somatório de outros/adultos presentes no cotidiano do cuidador, mas sim a percepção de que determinada quantidade de pessoas lhe serve de apoio. Apenas um número alto de adultos, na rotina dos pais/cuidadores pode funcionar como fonte de estresse (Belsky, 1984). Já o estudo de Liu e colaboradores (2020), também encontrou uma relação entre o apoio/suporte social e as práticas parentais. Na amostra estudada, de pais imigrantes chineses, observou-se que o suporte social funcionou significativamente como um mediador para práticas parentais positivas, assim como na relação de conflito pai-criança, para aqueles os participantes com níveis mais elevados de estresse parental, decorrente de estressores, como desemprego, baixa renda e baixa escolaridade. No entanto, não funcionou significativamente como mediador para a disciplina/punição severa; segundo os autores, o apoio social não protegeria o sistema de todas as práticas negativas.

Estudos com o Modelo proposto por Belsky

Diversos estudos fizeram uso do modelo de Belsky (1984). Smith (2010) testou a associação entre os três domínios de determinantes da parentalidade e os comportamentos parentais (responsividade e controle intrusivo) de mães de bebês, observando a interação

entre eles. A maioria das mães era casada ou vivia com os pais da criança, e tinha uma escolaridade mínima de ensino superior, sendo a maioria americana-europeia – e uma minoria latino-americana e americana-asiática. Para avaliar os domínios, observaram a interação mãe-bebê, a responsividade social e o engajamento da criança com a mãe, avaliaram a personalidade com o FFM, avaliaram o estresse parental, o suporte social, o status socioeconômico da mãe (nível de escolaridade e renda familiar) e o tempo de trabalho fora de casa dela. Realizadas as análises de correlação e de regressão, encontraram as relações nos/dos três domínios. No domínio das características da criança, a responsividade social se mostrou associada com mais comportamentos de apoio materno, mas não se verificou relação da primeira com os comportamentos de controle materno, bem como com o engajamento social infantil. No entanto, apesar de as características de responsividade social da criança serem importantes para explicar o comportamento de apoio materno, elas apresentaram menos variação que as características contextuais e as das cuidadoras. No caso do controle materno, diferenças individuais no comportamento materno se mostraram relacionadas a outros fatores que não a responsividade social da criança; no caso, mais horas de trabalho e status socioeconômico mais baixo, no domínio contextual (Smith, 2010). O apoio social não foi um preditor significativo dos comportamentos parentais, quando avaliado junto a outros determinantes da parentalidade, indicando que fontes contextuais de estresse podem ser mais importantes para explicar os comportamentos parentais, que níveis de suporte social (Smith, 2010). No caso da personalidade materna, essa se mostrou diretamente relacionada aos comportamentos parentais estudados: neuroticismo se associou com mais comportamentos de controle, bem como altos níveis de extroversão; agradabilidade e conscienciosidade não se associaram com comportamentos parentais maternos; abertura à experiência também não se mostrou diretamente relacionada aos comportamentos parentais. Finalmente, comportamentos de controle materno foram associados a fatores da vida das mães (fontes contextuais de estresse e de suporte, e personalidade), enquanto comportamentos apoiativos mais associados com características da criança (Smith, 2010).

Taraban e Shaw (2018) revisaram a literatura teórica e empírica dos últimos 30 anos, tendo como base o modelo de Belsky (1984). Para isso, limitaram o levantamento aos anos iniciais da infância (0 a 5 anos), por conta do maior volume de estudos, das associações fortes entre fatores contextuais, parentalidade na primeira infância e os desfechos no desenvolvimento infantil, na linha do enfocado por Belsky, no manuscrito original, no qual propõe o modelo, onde também aborda a parentalidade na primeira

infância. Os autores apontaram que as pesquisas conduzidas até aquele momento sustentaram a proposição de que a parentalidade é determinada pelas características do cuidador (personalidade e psicopatologias/depressão), da criança (emocionalidade negativa) e do contexto social da família (qualidade das relações maritais), embora houvesse avanços nos estudos, em relação ao modelo original, uma vez que estudaram associações de interação, além das associações diretas na predição do comportamento parental, na primeira infância. Dentre esses avanços, Taraban e Shaw (2018) destacaram o aumento da literatura que considerou a figura paterna no modelo, sendo que em alguns domínios o tamanho de efeito para associações entre fatores contextuais e a parentalidade paterna se mostrou igual ao das mães, enquanto algumas pesquisas encontraram diferenças importantes entre a predição da parentalidade e do comportamento entre mães e pais.

No tocante às variáveis de status socioeconômico e de pertencimento a minorias sociais – não presentes no modelo original –, os autores indicam evidências da importância das variáveis no domínio contextual, influenciando a magnitude das associações entre preditores e desfechos da parentalidade. Nesse sentido, o levantamento realizado (ainda que quantitativamente limitado, segundo os autores) apontou que o baixo SSE e o status de minoria (que podem ser confundidos) parecem fortalecer a relação entre estressores e parentalidade inadequada/prejudicada, bem como aumentar a saliência de fatores protetivos (como o suporte social) (Taraban & Shaw, 2018).

Um último avanço pontuado foi no domínio das contribuições das características da criança. Essas surgiram como um moderador importante dos preditores da parentalidade – tanto em relação às características dos cuidadores, quanto às do contexto social – havendo nuances entre a idade e o gênero da criança, ressaltando-se a necessidade de se implementar mais estudos para compreender as diversas formas pelas quais as crianças podem influenciar na parentalidade (Taraban & Shaw, 2018).

Os autores também examinaram os tamanhos de efeito do modelo. Encontraram que a influência das características dos pais tende a ser pequena, sendo que a personalidade não mostrou ter impacto robusto na parentalidade, enquanto os tamanhos de efeito da depressão na parentalidade foram mais fortes, porém continuaram pequenos, exceto para indivíduos de baixo SSE. No mesmo sentido, o domínio da criança (mensurado aqui pela emocionalidade negativa) apresentou tamanhos de efeito pequeno, novamente à exceção do verificado para indivíduos de baixo SES. Os tamanhos de efeito mais fortes foram encontrados no domínio contextual, nas associações entre relações maritais e

parentalidade. Poucos estudos focalizaram a relação entre apoio social e parentalidade, mas o efeito dessa variável seria, aparentemente, mais forte em populações de baixo SSE (Taraban & Shaw, 2018).

Taraban e Shaw (2018) propõem, assim, uma atualização do modelo original dos determinantes da parentalidade, reiterando, contudo, que focalizaram crianças na primeira infância. Apesar disso, eles indicam que o modelo original parece ainda adequado, sublinhando que ele parece explicar melhor as relações entre os domínios em famílias de baixo SSE.

Em estudo mais recente, no contexto uruguaio, Vásquez-Echeverría e colaboradores (2022) buscaram verificar se a sintomatologia depressiva materna e a personalidade poderiam influenciar as práticas parentais, que influenciariam o desenvolvimento socioemocional e cognitivo-motor, na primeira infância. Para isso, consideraram variáveis de personalidade (traços do FFM), a idade da mãe, o sexo e a idade da criança, a renda familiar (como antecedente), presença de sintomas depressivos e práticas parentais levando ao desfecho desenvolvimental infantil, por meio de análises de correlação e análises de caminho/análises multivariadas. Em um primeiro modelo – que tinha o desenvolvimento socioemocional como desfecho –, os autores encontraram uma associação direta entre desenvolvimento socioemocional e fatores intermediários (práticas parentais e sintomatologia materna); encontraram que a associação entre renda familiar e desenvolvimento socioemocional foram explicadas, em parte, pelas práticas parentais e a sintomatologia depressiva materna.

No que se refere aos traços de personalidade, apenas a abertura à experiência se mostrou associada ao desenvolvimento socioemocional. O neuroticismo não foi considerado no modelo, uma vez que apresentou grande variação compartilhada com sintomatologia depressiva materna. A sintomatologia depressiva, por sua vez, se mostrou associada a problemas no desenvolvimento socioemocional e essa relação foi explicada em parte pelas práticas parentais. A renda familiar foi associada com problemas socioemocionais das crianças, sendo parcialmente explicada pela sintomatologia materna e pelas práticas parentais. Ainda, a sintomatologia depressiva materna apresentou associações moderadas com problemas internalizantes e externalizantes nas crianças, sendo que a influência dos traços de personalidade variou de fraca a moderada (Vásquez-Echeverría et al., 2022).

Em relação ao segundo modelo – que tinha o desenvolvimento cognitivo-motor como desfecho –, os resultados apontaram uma associação direta e moderada entre práticas

parentais e o desfecho de interesse; não houve associação com as outras variáveis, apenas a abertura à experiência e a renda familiar se mostraram relacionadas com o desenvolvimento infantil, mas apenas indiretamente, através das práticas parentais. Também verificaram que a influência da renda familiar no desenvolvimento infantil seria explicada, em parte, pela abertura a experiência, mas em menor extensão (Vásquez-Echeverría et al., 2022).

2.4 Estilos parentais e desenvolvimento na infância e adolescência

No campo da parentalidade, um constructo mais consolidado, é o de estilos parentais. Ele é definido como um conjunto de atitudes direcionado à criança que são comunicados a ela e, juntos, criam um clima emocional em que os pais expressam seus comportamentos. Estes incluem aqueles direcionados a objetivos específicos pelos quais os pais realizam suas funções (chamados de práticas parentais), e comportamentos como gestos, mudanças no tom de voz ou de expressão de emoção (Darling & Steinberg, 1993). Segundo Cassoni (2013), houve um aumento no número de publicações acerca dos estilos parentais, sendo a maioria dos estudos proveniente dos Estados Unidos da América (EUA). A autora destaca, a título de recuperação histórica, a linha desenvolvida pela psicóloga Diana Baurind, enquanto um marco para estudos sobre estilos parentais (Cassoni, 2013). Baumrind (1966), naquele momento, descreveu três modelos de controle parental: permissivo (caracterizado por um comportamento marcado pela indiferença e aceitação frente a qualquer tipo de comportamento infantil – adequado ou não), autoritário (marcado pelo controle e imposição de normas e valores extremamente firmes e inflexíveis) e o autoritativo (caracterizado por comportamento que denota um padrão mais conciliador em termos de estabelecimento de normas e clima afetivo, conseguindo estabelecer limites para as crianças sem abusar de técnicas punitivas e de um controle muito restritivo). Para a autora, o último modelo seria mais suscetível de promover o desenvolvimento infanto-juvenil saudável.

Depois de Baumrind, outros pesquisadores deram seguimento aos estudos sobre os estilos parentais (Cassoni, 2013) e, ainda que o sistema proposto por Baumrind tenha continuado importante, a tipologia proposta por Maccoby e Martin (1983) ganhou notoriedade, pois permite uma maior generalização do modelo para populações diferentes daquela em que sua tipologia surgiu (Darling & Steinberg, 1993), favorecendo, por exemplo, estudos que investigam relações entre status socioeconômico (SSE) e estilos parentais (Hoff et al., 2002).

Maccoby e Martin (1983) subdividiram o estilo parental permissivo em indulgente e negligente. Para isso, adotaram os conceitos de exigência (atividades dos pais para integrar a criança na família, por meio de demandas, supervisão, esforços disciplinares e controle) e responsividade (ações para promover a individualidade, autorregulação e autoafirmação, por meio de uma postura sensível às necessidades da criança), utilizados por Baumrind (1991, citado por Darling & Steinberg, 1993). Compreendendo ambos os conceitos enquanto dimensões, utilizaram-nos para explicar cada um dos quatro estilos parentais. O estilo autoritativo implicariam em alto grau de exigência e de responsividade; o autoritário, em alto grau de exigência e baixo de responsividade; o indulgente, em baixa exigência e alta responsividade; por último, o negligente, em baixo em exigência e em baixo responsividade (Maccoby & Martin, 1983).

No contexto brasileiro, Gomide (2006, p.7), apoiando-se na literatura, coloca que os estilos parentais se referem “ao conjunto das práticas educativas parentais ou atitudes parentais utilizadas pelos cuidadores com o objetivo de educar, socializar e controlar o comportamento de seus filhos”. A autora operacionalizou esse conjunto em sete variáveis/práticas educativas, sendo que cinco delas seriam negativas e estariam mais fortemente associadas ao desenvolvimento do comportamento antissocial nas crianças/adolescentes (abuso físico, disciplina relaxada, monitoria negativa, negligência e punição inconsistente) e duas seriam positivas e estariam mais fortemente associadas a comportamentos pró-sociais nas crianças/adolescentes (comportamento moral e monitoria positiva).

Muitos autores se dedicaram a entender as relações entre estilos parentais e desfechos para o desenvolvimento infantil. Nesse sentido, Bornstein e Bornstein (2007) chamam a atenção para generalizações do que seria um estilo considerado ótimo. Segundo eles, o fato de que os estudos em que o estilo parental autoritativo e flexível se apresenta enquanto ótimo para o desenvolvimento infantil ocorre (majoritariamente) em amostras de famílias brancas, nucleares e de classe média – que residem em locais com baixa probabilidade de a criança se engajar em comportamentos perigosos. Assim, apontam para uma controvérsia que surgiu na literatura, em se considerando que em que alguns estudos se sugere que o estilo parental autoritário seria necessário em áreas de alto-risco, e em outros se permanece defendendo os benefícios do estilo autoritativo, considerando que o ambiente em que as famílias de baixo status socioeconômico vivem – como dificuldades financeiras e com altas taxas de criminalidade – teria maior peso no desenvolvimento infantil, do que a própria parentalidade (Bornstein & Bornstein, 2007).

Ainda, os autores destacam os apontamentos da literatura sobre o fato de que em certas etnias/culturas, como a asiática, o estilo parental autoritário se mostra relacionado a desfechos sociais e acadêmicos positivos, devido aos objetivos parentais e aos treinos específicos. Nessa linha, é importante pontuar que variáveis como o sexo (Sampaio & Vieira, 2010; Llorca-Mestre et al., 2017) e a idade dos filhos (que modula a supervisão, pois esse tende a diminuir conforme eles crescem) (Roskam & Meunier, 2022), também podem impactar no estilo parental.

Apesar do supracitado, diversos estudos – brasileiros e internacionais – mostram correlações positivas entre estilos parentais negativos e desfechos desenvolvimentais negativos, bem como correlações positivas entre estilos parentais positivos e desfechos desenvolvimentais positivos. Associado aos estilos negativos, verificam-se desfechos como problemas internalizantes (retraimento, queixa somática, ansiedade e depressão) e externalizantes (comportamento de quebrar regras e comportamento agressivo); comportamento antissocial; dificuldades nas relações interpessoais; problemas de regulação emocional; e problemas escolares.

Segundo o DSM-5, os comportamentos internalizantes são caracterizados pelo humor deprimido, ansiedade e sintomas fisiológicos e cognitivos. Já os externalizantes incluem transtornos do controle de impulso, conduta disruptiva e adições (American Psychiatric Association, 2014). No contexto brasileiro, a associação desses comportamentos com estilos parentais foi verificada em estudos como os de Salvo et al. (2005) e Benetti et al. (2010). No primeiro se trabalhou com uma amostra de trinta meninos e meninas de 11 a 13 anos, estudantes de escolas públicas, e um de seus pais, buscando verificar quais práticas educativas elencadas por Gomide (2006) seriam preditoras de comportamentos medidos pelo *Child Behavior Checklist* (CBCL; ver Apêndice 5). Os resultados sugeriram que algumas práticas educativas podem predizer significativamente o comportamento da criança/adolescente (Salvo et al., 2005), sendo que, no que respeita aos problemas de comportamento internalizantes e externalizantes, a monitoria negativa foi preditora de problemas de internalização, e a falta de monitoria positiva e a monitoria negativa foram preditoras de problemas de externalização. Já no estudo de Benetti e colaboradores (2010), se trabalhou com uma amostra de 245 adolescentes do ensino médio (meninos e meninas), buscando identificar relações entre problemas de saúde mental e situações individuais, familiares e contextuais. Os autores também fizeram uso do CBCL e verificaram que adolescentes que apresentavam nível clínico de problemas de comportamento externalizantes relataram um estilo parental negativo, por parte de ambos

os pais, e aqueles que apresentavam um nível clínico de problemas de comportamento internalizantes relataram estilo parental paterno negativo.

Essas relações também foram evidenciadas em amostras de outras nacionalidades. No contexto colombiano, 422 pais com filhos entre 8 e 12 anos (meninos e meninas), que viviam em lares não tradicionais, participaram de um estudo que encontrou uma influência direta do estilo parental permissivo com problemas internalizantes (Moreno Méndez et al., 2020). No contexto mexicano, uma amostra de 306 estudantes do ensino fundamental de escolas públicas, foram investigados. Nesse, as práticas negativas parentais apresentaram associação com problemas de comportamento internalizantes e externalizantes, sendo a disciplina inconsistente preditora do último e o controle psicológico do primeiro (Fuentes-Balderrama et al., 2020). Em uma revisão integrativa de literatura, que incluiu estudos de diferentes países e com diferentes delineamentos, também foi encontrado uma relação entre ter pais controladores e um aumento na probabilidade de problemas de internalização, bem como de problemas de externalização e de transtornos de saúde mental; as práticas negligentes foram associadas com desordens internalizantes e externalizantes (Sousa et al., 2022).

No que diz respeito aos comportamentos antissociais – compreendidos enquanto comportamentos que ferem normas/convenções sociais ou que infringem leis – Carvalho e Gomide (2005) compararam a percepção de estilos parentais de pais e de filhos de famílias de 41 adolescentes em conflito com a lei (meninos e meninas), e encontraram altos índices de abuso físico, punição inconsistente e disciplina relaxada, apontando os mesmos como facilitadores do desenvolvimento do comportamento antissocial, naquela amostra. Trabalhando com uma amostra de adolescentes em conflito com a lei ($n = 219$) e um grupo comparação ($n = 243$) meninos e meninas, um estudo mais recente encontrou que adolescentes em conflito com a lei meninos avaliaram o estilo de suas mães e seus pais como negligente, enquanto o grupo comparação o considerou preponderantemente como autoritativos. Importante pontuar que meninos do primeiro grupo que perceberam os pais como tendo estilo autoritativo experienciavam mais culpa, ao contrário daqueles que perceberam os pais com tendo estilo negligente. Na literatura, a dimensão exigência apresenta relação importante com a prática de delitos, visto que ela remete a práticas ligadas ao controle parental (Laskoski et al., 2022).

Estilos parentais negativos também podem gerar dificuldades nas relações interpessoais e problemas de regulação emocional (Richaud et al., 2013a; Richaud et al., 2013b; Pellerone, Mannino, Formica & Zabbara, 2017i; Taibo, Gutiérrez & Muzzio,

2018; Schaan et al., 2019), assim como problemas escolares (Taibo, Gutiérrez & Muzzio, 2018). No contexto brasileiro, o estudo de Sapienza, Aznar-Farias e Silvaes (2009) investigou essa relação. Dois grupos de adolescentes de alto e baixo rendimento acadêmico foram comparados, buscando-se relações entre competência social, práticas educativas parentais e rendimento acadêmico. Os resultados apontaram para uma associação positiva entre estilos parentais positivos e desempenho acadêmico, bem como menor desempenho relacionado a mais práticas negativas. A competência social se correlacionou positivamente com alto rendimento acadêmico (Sapienza, Aznar-Farias & Silvaes, 2009)

Estilos parentais positivos, por seu turno, podem suscitar um clima de afeto e confiança através da disponibilização de suporte para a criança/adolescente, facilitando o desenvolvimento de bons indicadores de saúde mental (Midori Sakuramoto et al., 2014; Bágan et al., 2019) e o desenvolvimento da sociabilidade (Salvo et al., 2005). Quando os cuidadores manifestam comportamentos que promovem uma interação positiva (como olhar, sorrir, colaborar, pedir favores e agradecer), favorecem o estabelecimento de um canal de comunicação, que faz com que a criança internalize tal padrão e o generalize para outras relações/interações (Bágan et al., 2019). Interessante também destacar o estudo que elucidou a função protetiva de práticas positivas no comportamento antissocial. No estudo de Figueira e colaboradores (2015), foi investigada a associação entre supervisão parental e vitimização e perpetração de bullying em uma amostra representativa da população de escolares do 9º ano – de colégios públicos e privados. Os pesquisadores encontraram que as características de supervisão parental eleitas no estudo se associaram inversamente aos comportamentos de bullying: estudantes que realizavam suas refeições na maior parte das vezes com os cuidadores tinham menor probabilidade de sofrer e de perpetrar bullying; o conhecimento dos pais sobre a utilização do tempo livre dos filhos diminuiu a probabilidade de o jovem perpetrar bullying (Figueira et al., 2015).

CAPÍTULO 4 - DISCUSSÃO GERAL

O presente estudo partiu do referencial teórico dos Múltiplos Determinantes da Parentalidade (Belsky, 1984), para analisar e discutir características de parentalidade de pais/responsáveis de famílias brasileiras, em situação de vulnerabilidade social. Em linhas gerais, o modelo adotado aponta que a parentalidade seria resultado da interação dinâmica

entre atributos dos cuidadores, do contexto e da criança, que teriam, nessa ordem, de maior a menor peso na determinação do funcionamento do sistema parental. Sublinha-se que, de acordo com a perspectiva teórica, haveriam determinadas características em cada um dos domínios do sistema que favoreceriam o exercício da parentalidade. Seriam eles: um funcionamento psicológico mais saudável dos cuidadores – por exemplo, apresentar uma disposição para ser responsivo diante das necessidades da criança/adolescente; características contextuais que, a grosso modo, fomentasse a percepção de apoio, pelos cuidadores; e características das crianças/adolescentes menos suscetíveis a aumentar a probabilidade de práticas negativas nos cuidadores – ainda que, segundo a literatura, para essa característica (“temperamento difícil”, por exemplo) concorrer para práticas negativas de cuidado, ela deva interagir com as características do adulto que, por seu turno, também suscitarium essas práticas negativas.

A princípio, pretendia-se realizar um único estudo empírico, comparando-se quatro grupos de famílias vivendo em condições de vulnerabilidade social diferentes: famílias em situação de descumprimento do Programa Bolsa Família (PBF), famílias em situação de cumprimento do PBF, famílias beneficiárias do Auxílio Emergencial e famílias não beneficiárias do PBF ou do Auxílio Emergencial, porém residentes das mesmas localidades que os outros grupos. Porém, após a coleta e a análise preliminar dos dados, verificou-se que as famílias beneficiárias do PBF (independentemente da situação de cumprimento/descumprimento das condicionalidades) se encontravam em condição de vulnerabilidade social equivalente – sendo essa aferido por meio das variáveis/indicadores eleitos no estudo. Assim, dividiu-se o estudo empírico em dois, juntando-se as famílias beneficiárias do PBF em um único grupo, no primeiro estudo, quando essas foram comparadas às famílias que requereram e se beneficiaram do auxílio emergencial e às famílias com mesmo background comunitário, porém não requerentes/beneficiárias desses auxílios governamentais, com vistas a estudar a parentalidade na ótica da gradação da vulnerabilidade social. No segundo estudo, uma vez equiparadas no tocante à condição de vulnerabilidade social, as famílias em situação de cumprimento e de descumprimento das condicionalidades foram comparadas, com vistas a identificar diferenças suscetíveis de explicar as dificuldades daquelas em situação de descumprimento das condicionalidades do PBF, entendendo essas como indicativas de parentalidade inadequada ou insuficiente.

É importante destacar que o referencial teórico foi definido após a coleta de dados. Ainda que os instrumentos tenham sido suficientes para levantar informações sobre

variáveis de cada domínio – do cuidador, do contexto e da criança – alguns deles não foram elaborados para aferir diretamente cada constructo do modelo. Apesar dessa limitação, os instrumentos trouxeram contribuições importantes acerca das variáveis apontadas pela literatura como relevantes para a parentalidade – como a coesão familiar e o apoio social. Desse modo, desenvolveram-se os dois estudos, conforme apresentados anteriormente, nos capítulos 2 e 3.

O Estudo 1 – “Parentalidade em famílias em situação de vulnerabilidade social brasileiras: fatores associados” – buscou investigar a parentalidade em famílias agrupadas em diferentes graus de vulnerabilidade social. Para isso, foram empregadas análises de correlação e regressão. Alguns dos resultados corroboraram a literatura. As análises de correlação mostraram relações entre variáveis dos domínios da parentalidade e o índice de estilo parental (utilizado como medida da parentalidade); as análises preditivas apontaram que pontuações mais elevadas no índice de estilo parental se relacionaram com pontuações menores em problemas de comportamento internalizantes e externalizantes das crianças, bem como pontuações mais elevadas em competência social. Interessante pontuar que, à exceção desses resultados, as correlações no grupo 2 (beneficiários do Auxílio Emergencial), não apresentaram relação significativa entre a parentalidade e as variáveis contextuais, mais especificamente o apoio social. O apoio social percebido tem sido destacado como aspecto relevante para a parentalidade mesmo na ausência de fatores de risco no âmbito familiar (Coltro et al., 2020). Destaca-se também seu papel em estudo de recorte longitudinal com famílias socialmente vulneráveis (Seibel et al., 2017), havendo evidências dessa relação na realidade brasileira em estudos de comparação entre grupos clínico e controle (Bazon et al, 2010; Bérghamo & Bazon, 2011; Marino et al., 2020). Assim, hipotetizou-se que talvez haja algum mecanismo operando a despeito das variáveis estudadas em G2. E, ainda, na análise post-hoc de Bonferroni da predição dos estilos parentais em relação aos desfechos desenvolvimentais das crianças/adolescentes, a relação entre o estilo parental regular e problemas internalizantes foi a única cujo resultado não foi significativo. A isto atribuiu-se, hipoteticamente, o motivo ao tamanho amostral do estudo e/ou à necessidade de uma revisão normativa para o estilo parental regular.

Para além dos resultados supracitados, também houve a contribuição dos achados de que a vulnerabilidade social não foi significativa nas análises preditivas, ou seja, a parentalidade na amostra operaria a despeito do grau de vulnerabilidade social. No mais, verificou-se que as características da criança predisseram em maior porcentagem a

parentalidade – contrariando o pressuposto do modelo de Belsky (1984), bem como apontamentos da literatura mais recente (Mak et al., 2020; Gonzalez & Rodriguez, 2023). Esses dados foram discutidos e as hipóteses formuladas, permitindo indicações de questões para o desenvolvimento de estudos futuros.

No tocante ao Estudo 2 – intitulado “Parentalidade em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família” – buscou-se comparar as variáveis do sistema da parentalidade em famílias em situação de cumprimento e de descumprimento do PBF, vivendo condições equivalentes de vulnerabilidade social. Por meio de análises comparativas e preditivas, os resultados apontaram para similaridades no tocante às práticas parentais dos grupos – predominantemente negativas -, ao apoio social percebido das respondentes que, como apontado de forma hipotética, provavelmente não seria suficiente para proteger o sistema parental, o funcionamento familiar similar – com exceção da coesão, que foi maior em G2 -, e mais fragilidades nas características pessoais e psicológicas nos domínios do cuidador, bem como no tocante aos problemas de comportamento e competência social das crianças/adolescentes. Essas evidenciam uma necessidade de as famílias de ambos os grupos receberem ajuda/apoio para o exercício da parentalidade, sendo que G1 (em quebra das condicionalidades) apresentou mais fragilidades nos três domínios investigados. Ainda, uma vez que apenas a coesão familiar aumentou a probabilidade de pertencer a G2, levantou-se a hipótese de que a condição de menor coesão familiar verificada em G1 pode estar concorrendo para o aumento das dificuldades nos outros domínios. Esses dados contribuem para futuras investigações sobre parentalidade em famílias em situação de vulnerabilidade social brasileiras e alguns apontamentos que podem favorecer o trabalho no âmbito da assistência social, no tocante ao acompanhamento suplementar de famílias beneficiárias do PBF, favorecendo o desenvolvimento de intervenções junto a esse segmento da população ou a complementação de propostas já implementadas (Souza & Marin, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, sugere-se uma boa adequação ao modelo proposto por Belsky (1984), para o estudo de fatores relevantes, relacionados à parentalidade, em famílias em situação de vulnerabilidade social, brasileiras, dadas as relações evidenciadas entre as diferentes características de cada domínio e a parentalidade. No entanto, é necessário apontar as evidentes limitações dos estudos. Destaca-se principalmente o recorte

transversal e o tamanho amostral, impedindo, por exemplo, a atribuição de causalidade, a formulação de hipóteses mais robustas e a generalização dos resultados. Assim, indica-se que estudos futuros adotem um recorte longitudinal, com amostras maiores, que permitam a identificação de variáveis moderadores ou mediadores, assim como a possibilidade de empregar análises de equação estrutural - como a da aplicação de análise de caminhos, no modelo de Belsky (1984). Nessa esteira, o próprio modelo do autor pode vir a ser atualizado, incluindo-se ajustamentos que envolvam variáveis indicativas de contexto social mais largo, como aquele a que se refere o conceito de vulnerabilidade social.

Além disso, ainda no tocante às limitações, destacam-se outros aspectos: a obtenção dos dados em momentos distintos - anteriormente e durante a pandemia -, o que implicou em alteração radical/súbita de condições, em um sentido negativo; o uso de instrumentos que não remetiam diretamente a cada constructo dos domínios do modelo proposto por Belsky (1984); o uso de instrumentos de autorrelato; a falta de normas brasileiras dos instrumentos CAP, CBCL (6-18 anos) e FACES IV; a ausência de uma avaliação sobre processos de resiliência e/ou de adaptação positiva da parentalidade da amostra; e a utilização de dados coletados junto a um informante apenas, no caso, as mães/cuidadoras, sem qualquer forma de triangulação. Estudos futuros poderão tentar superar esses limites do presente estudo.

A despeito dessas limitações, considera-se que a proposta de estudo foi inovadora no seu delineamento e que os resultados das duas investigações se complementam e são coerentes entre si, alinhando-se à literatura, mas trazendo também alguns dados novos. Ademais, questões para novas pesquisas foram geradas, o que também deve ser considerado como uma importante contribuição.

REFERÊNCIAS

- Achenbach, T. M. (1991). *Manual for the child behavior checklist/4-18 and 199 profile*. Burlington, VT: University of Vermont.
- Achenbach T. M., Rescorla L. A. (2001). *Manual for The ASEBA School-Age Forms & Profiles*. Burlington, VT: University of Vermont, Research Center for Children, Youth, & Families.
- Aguirre Sandoval, S. (2022). La crianza permisiva como factor de riesgo para el maltrato infantil disciplinario. *Psicumex*, 12, 1–27. <https://doi.org/10.36793/psicumex.v12i1.449>
- American Psychiatric Association (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. 5ª ed, Porto Alegre: Artmed.
- Antonioni, D. (1998). RELATIONSHIP BETWEEN THE BIG FIVE PERSONALITY FACTORS AND CONFLICT MANAGEMENT STYLES. *International Journal of Conflict Management*, 9(4), 336–355. <https://doi.org/10.1108/eb022814>
- Arcos, E., Sanchez, X., Toffoletto, M. C., Baeza, M., Gazmuri, P., Muñoz, L. A., & Vollrath, A. (2014). Social protection systems in vulnerable families: Their importance for the public health. *Revista de Saúde Pública*, 48(3), 398–405. <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2014048005131>
- Ávila de Mello, I. L. M., Bérnago, L. P. D., Piñon, E. A., Rios, K. S. A., Willians, L. C. A., & Bazon, M. R. (2008). *Inventário de Potencial de Abuso Infantil - CAP: Versão em Português. Uso restrito para pesquisas. (Disponível no LAPREV/Universidade Federal de São Carlos: São Carlos-SP ou GEPDIP/Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto - SP)*.
- Bagán, G., Tur-Porcar, A. M., & Llorca, A. (2019). Learning and Parenting in Spanish Environments: Prosocial Behavior, Aggression, and Self-Concept. *Sustainability*, 11(19), 5193. <https://doi.org/10.3390/su11195193>
- Barata, R. B., Ribeiro, M. C. S. de A., & Cassanti, A. C. (2011). Social vulnerability and health status: A household survey in the central area of a Brazilian metropolis. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(suppl 2), G164–G175. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011001400005>
- Barboza-Salerno, G. E. (2020a). Examining Spatial Regimes of Child Maltreatment Allegations in a Social Vulnerability Framework. *Child Maltreatment*, 25(1), 70–84. <https://doi.org/10.1177/1077559519850340>
- Barboza-Salerno, G. E. (2020b). Variability and stability in child maltreatment risk across time and space and its association with neighborhood social & housing vulnerability in New Mexico: A bayesian space-time model. *Child Abuse & Neglect*, 104, 104472. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104472>
- Barrientos, A. (2013) Transferências de renda para o desenvolvimento humano no longo prazo. In T. Campello & M. C. Neri (Orgs.), *Dez anos do Programa Bolsa Família: Uma década de Inclusão e Cidadania* (pp. 47-63). Brasília: IPEA.
- Baumrind, D. (1966). Effects of Authoritative Parental Control on Child Behavior. *Child Development*, 37(4), 887. <https://doi.org/10.2307/1126611>
- Bazon, M. R., de Mello, I. L. M. A., Bérnago, L. P. D., & Faleiros, J. M. (2010). Negligência infantil: estudo comparativo do nível socioeconômico, estresse parental e apoio social. *Temas em psicologia*, 18(1), 71-84. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100007&lng=pt&tlng=pt
- Belsky, J. (1984). The Determinants of Parenting: A Process Model. *Child Development*, 55(1), 83. <https://doi.org/10.2307/1129836>

- Belsky, J., & Barends, N. (2002). Personality and parenting. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Being and becoming a parent* (pp. 415–438). Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Belsky, J., & Jaffee, S. R. (2006). The multiple determinants of parenting. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology: Risk, disorder, and adaptation* (pp. 38–85). John Wiley & Sons, Inc..
- Belsky J. (2008) Social-contextual determinants of parenting. 2nd ed. In: Tremblay RE, Boivin M, Peters RDeV, eds. Encyclopedia on Early Childhood Development [online]. Montreal, Quebec: Centre of Excellence for Early Childhood Development and Strategic Knowledge Cluster on Early Child Development; 1-6
- Benatti, A. P., Campeol, Â. R., Machado, M. S., & Pereira, C. R. R. (2021). Famílias Monoparentais: Uma Revisão Sistemática da Literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(spe3), e209634. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003209634>
- Benetti, S. P. da C., Pizetta, A., Schwartz, C. B., Hass, R. de A., & Melo, V. L. (2010). Problemas de saúde mental na adolescência: Características familiares, eventos traumáticos e violência. *Psico-USF*, 15(3), 321–332. <https://doi.org/10.1590/G1413-82712010000300006>
- Bérgamo, L. P. D., & Bazon, M. R. (2011). Physical child abuse: Analyzing parental stress and social support. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(1), 13–21. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000100003>
- Bérgamo, L. P. D., Pasian, S. R., Ávila de Mello, I. L. M., & Bazon, M. R. (2009). O Inventário de Potencial de Maus-tratos infantil: Estudo de precisão e validade. *Avaliação Psicológica*, 8(3), 425-435.
- Bolger, K., Thomas, M., Eckenrode, J. (1997). Problemas en las relaciones. In: Por qué las familias abusan de sus hijos (Garbarino, J. & Eckenrode, J., Orgs.). Barcelona: Granica.
- Bornstein, M. H. (2016). Determinants of parenting. In D. Cicchetti (Ed.), *Developmental psychopathology: Risk, resilience, and intervention* (pp. 180–270). John Wiley & Sons, Inc.. <https://doi.org/10.1002/9781119125556.devpsy405>
- Bornstein L, Bornstein M. H. (2007). Parenting styles and child social development. Encyclopedia on Early Childhood Development. Centre of Excellence for Early Childhood Development and Strategic Knowledge Cluster on Early Child Development. <http://www.childencyclopedia.com/documents/BornsteinANGxp.pdf>.
- Buehler, C., & Gerard, J. M. (2002). Marital Conflict, Ineffective Parenting, and Children's and Adolescents' Maladjustment. *Journal of Marriage and Family*, 64(1), 78–92. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2002.00078.x>
- Carvalho, M. C. N. de, & Gomide, P. I. C. (2005). Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 22(3), 263–275. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2005000300005>
- Carvalho-Barreto, A. de. (2013). A parentalidade no ciclo de vida. *Psicologia em Estudo*, 18(1), 147–156. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722013000100015>
- Cassoni, C. (2013). *Estilos parentais e práticas educativas parentais: revisão sistemática e crítica da literatura*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. doi: 10.11606/D.59.2013.tde-14122013-105111
- Cicchetti, D., & Olsen, K. (1990). The Developmental Psychopathology of Child Maltreatment. In M. Lewis & S. M. Miller (Orgs.), *Handbook of Developmental Psychopathology* (p. 261–279). Springer US. https://doi.org/10.1007/978-1-4615-7142-1_21

- Cicchetti, D., & Toth, S. L. (2005). Child maltreatment. *Annual review of clinical psychology, 1*, 409–438. <https://doi.org/10.1146/annurev.clinpsy.1.102803.144029>
- Coltro, B. P., Paraventi, L., & Vieira, M. L. (2020). Relações entre Parentalidade e Apoio Social: Revisão Integrativa de Literatura. *Contextos Clínicos, 13*(1), 244–269. <https://doi.org/10.4013/ctc.2020.131.12>
- Costa, M. A., Santos, M. P. G., Marguti, B., Pirani, N., Pinto, C., Curi, R. L. C., Ribeiro, C. C. & Albuquerque, C. G. (2018). Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA.
- Crestani, V. & Rocha, K. B. (2018). Risco, vulnerabilidade e o confinamento da infância Pobre. *Psicologia & Sociedade, 30*. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30177502>
- Cutter, S. L., & Finch, C. (2000). *Temporal and spatial changes in social vulnerability to natural hazards*. 6.
- Cutter, S. L., Boruff, B. J., & Shirley, W. L. (2003). Social Vulnerability to Environmental Hazards *: Social Vulnerability to Environmental Hazards. *Social Science Quarterly, 84*(2), 242–261. <https://doi.org/10.1111/1540-6237.8402002>
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin, 113*(3), 487–496. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.113.3.487>
- de Loyola Hummell, B. M., Cutter, S. L., & Emrich, C. T. (2016). Social Vulnerability to Natural Hazards in Brazil. *International Journal of Disaster Risk Science, 7*(2), 111–122. <https://doi.org/10.1007/G13753-016-0090-9>
- Figueira, M. de P., Okada, L. M., Leite, T. H., Azeredo, C. M., & Marques, E. S. (2015). Association between parental supervision and bullying victimization and perpetration in Brazilian adolescents, *Brazilian National Survey of Student's Health*. 14.
- Fuentes-Balderrama, J., Cruz del Castillo, C., Ojeda García, A., Díaz Loving, R., Turnbull Plaza, B., & Parra Cardona, J. R. (2020). The Effects of Parenting Styles on Internalizing and Externalizing Behaviors: A Mexican Preadolescents Study. *International Journal of Psychological Research, 13*(1), 9–18. <https://doi.org/10.21500/20112084.4478>
- Galvagno, L. G. G., De Grandis, M. C., Clerici, G. D., Mustaca, A. E., Miller, S. E., & Elgier, A. M. (2019). Regulation During the Second Year: Executive Function and Emotion Regulation Links to Joint Attention, Temperament, and Social Vulnerability in a Latin American Sample. *Frontiers in Psychology, 10*, 1473. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.01473>
- Gomide, P. I. C. (2006). Inventários de Estilos Parentais (IEP): Modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação. *Rio de Janeiro: Vozes*.
- Gonelli, V. M. de M., Pereira, J. M. F. & Colin, D. R. A. (2013). Trajetória de construção da gestão integrada do sistema único de assistência social, do cadastro único e do programa bolsa família para a consolidação do modelo brasileiro de proteção social. In T. Campello & M. C. Neri (Orgs.), *Dez anos do Programa Bolsa Família: Uma década de Inclusão e Cidadania* (pp. 47-63). Brasília: IPEA.
- Gonzalez, S., & Rodriguez, C. M. (2023). Psychosocial Resources Predicting Maternal and Paternal Positive Parenting and Lower Child Abuse Risk. *Prevention Science, 24*(1), 186–197. <https://doi.org/10.1007/s11121-022-01483-0>
- Griep, R. H., Chor, D., Faerstein, E. & Lopes, C. (2003). Apoio social: confiabilidade teste-reteste da escala no Estudo Pró-Saúde. *Cadernos de Saúde Pública, 19*(2), 625-634. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000200029>

- Hensel, B. P. & Vieira, M. L. (2021). A relação entre parentalidade e saúde mental de mães brasileira. Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Psicologia. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/225871>
- Hoff, E., Laursen, B., & Tardif, T. (2002). Socioeconomic status and parenting. Em *Handbook of Parenting, Volume 2: Biology and Ecology of parenting: 4* (p. 231–252).
- IJzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., Coughlan, B., & Reijman, S. (2020). Annual Research Review: Umbrella synthesis of meta-analyses on child maltreatment antecedents and interventions: differential susceptibility perspective on risk and resilience. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 61(3), 272–290. <https://doi.org/10.1111/jcpp.13147>
- Kaztman, R., Beccaria, L., Filgueira, F., Golbert, L., & Kessler, G. (1999). *Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay*. Equipo Técnico Multidisciplinario para Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay.
- Kitzmann, K. M. (2000). Effects of marital conflict on subsequent triadic family interactions and parenting. *Developmental Psychology*, 36(1), 3–13. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.36.1.3>
- Kuhlicke, C., Scolobig, A., Tapsell, S., Steinführer, A., & De Marchi, B. (2011). Contextualizing social vulnerability: Findings from case studies across Europe. *Natural Hazards*, 58(2), 789–810. <https://doi.org/10.1007/G11069-011-9751-6>
- Lajús, M. L. de S. (2009). A Política Pública de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS. In: Políticas públicas: memórias e experiências Cadernos do CEOM, 22(30), 165-178.
- Laskoski, L. M., Fernandes, M. N., & Doria, G. M. S. (2022). Parenting Styles and Moral Emotions of Adolescents in Conflict with the Law. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 32, e3207. <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3207>
- Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 12 de janeiro de 2004. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm
- Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da União de 7 de julho de 2011. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm
- Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 1993. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm
- Llorca-Mestre, A., Samper-García, P., Malonda-Vidal, E., & Cortés-Tomás, M. T. (2017). Parenting style and peer attachment as predictors of emotional instability in children. *Social Behavior and Personality: An International Journal*, 45(4), 677–694. <https://doi.org/10.2224/sbp.5363>
- Lomelí, E. V. (2008). Conditional Cash Transfers as Social Policy in Latin America: An Assessment of their Contributions and Limitations. *Annual Review of Sociology*, 34(1), 475–499. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.34.040507.134537>
- Lorence, B., Hidalgo, V., Pérez-Padilla, J., & Menéndez, S. (2019). The Role of Parenting Styles on Behavior Problem Profiles of Adolescents. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 16(15), 2767. <https://doi.org/10.3390/ijerph16152767>

- Ma, M., Orsi, R., & Brooks-Russell, A. (2022). Is Household Unemployment Associated With Increased Verbal and Physical Child Abuse During the COVID Pandemic? *Child Maltreatment*, 107755952210882. <https://doi.org/10.1177/10775595221088217>
- Maccoby, E. E., & Martin, J. A. (1983). Socialization in the Context of the Family: Parent-Child Interaction. In P. H. Mussen, & E. M. Hetherington (Eds.), *Handbook of Child Psychology: Vol. 4. Socialization, Personality, and Social Development* (pp. 1-101). New York: Wiley.
- Mak, M. C. K., Yin, L., Li, M., Cheung, R. Y., & Oon, P.-T. (2020). The Relation between Parenting Stress and Child Behavior Problems: Negative Parenting Styles as Mediator. *Journal of Child and Family Studies*, 29(11), 2993–3003. <https://doi.org/10.1007/s10826-020-01785-3>
- Manly, J. T. (2005). Advances in research definitions of child maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 29(5), 425–439. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2005.04.001>
- Marino, R. L. de F., Teixeira, M. C. T. V., Cantiere, C. N., Ribeiro, A. de F., Micieli, A. P. R., & Carreiro, L. R. R. (2020). Parenting styles and mental health in parents of children with ADHD. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 53(3), 417–430. <https://doi.org/10.30849/rip/ijp.v53i3.949>
- Moreno Méndez, J. H., Espada Sánchez, J. P., & Gómez Becerra, M. I. (2020). Role of parenting styles in internalizing, externalizing, and adjustment problems in children. *Salud Mental*, 43(2), 73–84. <https://doi.org/10.17711/SM.0185-3325.2020.011>
- Midori Sakuramoto, S., Elisabeth Squassoni, C., & Simões Matsukura, T. (2014). Apoio social, estilo parental e a saúde mental de crianças e adolescentes. *O Mundo da Saúde*, 38(2), 169–178. <https://doi.org/10.15343/0104-7809.20143802169178>
- Miller-Perrin, C. L., & Perrin, R. D. (2012). *Child maltreatment: An introduction*. Sage Publications. Capítulo 1: History and Definitions of Child Maltreatment p. 28-59
- Milner, J.S. (1986). *The Child Abuse Potential Inventory*. Manual (2ª Edição). Debalb, IL: Psytec. Tradução do Inventário CAP (*Child Abuse Potential Inventory*) mediante autorização do autor. Somente para uso interno.
- Ministério do Desenvolvimento Social (2017). Secretaria Nacional de Assistência Social. Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos.
- Murphy, S., McElroy, E., Elklit, A., Shevlin, M., Murphy, J., Hyland, P., & Christoffersen, M. (2018). Parental risk factors for childhood maltreatment typologies: A data linkage study. *European Journal of Trauma & Dissociation*, 2(4), 189–195. <https://doi.org/10.1016/j.ejtd.2018.04.001>
- Nobre, G. C., Valentini, N. C., & Nobre, F. S. S. (2018). Fundamental motor skills, nutritional status, perceived competence, and school performance of Brazilian children in social vulnerability: Gender comparison. *Child Abuse & Neglect*, 80, 335–345. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.04.007>
- Nogales, V. (2007). Faces- IV. *Ciências Psicológicas*, 1(1), 191-198.
- Olson, D. (2011). FACES IV and the Circumplex Model: Validation Study. *Journal of Marital & Family Therapy*, 37(1), 64-80.
- Padilla, C. M., Hines, C. T., & Ryan, R. M. (2020). Infant temperament, parenting and behavior problems: Variation by parental education and income. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 70, 101179. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2020.101179>
- Padoin, I. G., Virgolin, I. W. C. (2010) A vulnerabilidade social como uma dificuldade à participação política. Trabalho apresentado no Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, Cruz Alta.

- Palacios, J., Jiménez, J., Oliva, A., Saldaña, D. (1998). Malos tratos a los niños en la familia. In: *Familia y desarrollo humano* (Rodrigo, M. J. & Palacios, J., Orgs.). Madrid: Alianza editorial.
- Palacios, J., Rodrigo, M. J. (1998). La familia como contexto de desarrollo humano. In: *Familia y desarrollo humano* (Rodrigo, M. J. & Palacios, J., Orgs.). Madrid: Alianza editorial.
- Park, G., & Xu, Z. (2020). Spatial and Temporal Dynamics of Social Vulnerability in the United States from 1970 to 2010: A County Trajectory Analysis. *International Journal of Applied Geospatial Research*, 11(1), 36–54. <https://doi.org/10.4018/IJAGR.2020010103>
- Patrian, A. C. A., Rios, K. S. A., & Williams, L. C. A. (2013). Validade de Critério do Inventário de Potencial para Abuso Infantil (CAP). *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 23(54), 43-51.
- Paveglio, T. B., Prato, T., Edgeley, C., & Nalle, D. (2016). Evaluating the Characteristics of Social Vulnerability to Wildfire: Demographics, Perceptions, and Parcel Characteristics. *Environmental Management*, 58(3), 534–548. <https://doi.org/10.1007/s00267-016-0719-x>
- Pellerone, M., Iacolino, C., Mannino, G., Formica, I. & Zabbara, S. M. (2017) The influence of parenting on maladaptive cognitive schema: a cross-sectional research on a group of adults. *Psychology Research and Behavior Management*, 10, 47-58.
- Pereira, D., & Alarcão, M. (2010). Avaliação da parentalidade no quadro da proteção à infância. *Temas em Psicologia*, 18(2), 499-513.
- Pires, A. L. D.; Miyazaki, M. C. O. S. (2005) Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. *Arquivos de Ciências da Saúde*, 12(1), 42-49.
- Pizarro, R. (2001). *La vulnerabilidad social y sus desafíos: Una mirada desde América Latina*.
- Ramos, D. M. dos, & Nascimento, V. G. do. (2008). A família como instituição moderna. *Fractal: Revista de Psicologia*, 20(2), 461–472. <https://doi.org/10.1590/G1984-02922008000200012>
- Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial da União, Brasília, nº 225, 25 de novembro de 2009.
- Richaud, M. C., Mestre, M. V., Lemos, V., Tur, A., Ghiglione, M., & Samper, P. (2013a). La influencia de la cultura en los estilos parentales en contextos de vulnerabilidad social. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 31(2), 419-431.
- Richaud, M. C., Mestre, M. V., Mesurado, B., S., P., Lemos, V & Tur, A. (2013b). Parental styles, emotional instability, and aggressiveness in children in social vulnerability in Argentina and Spain. *Ansiedad y Estrés*, 19(1), 53-69.
- Rios, K. S. A., Williams, L. C. A., Schelini, P. W., Bazon, M. R., & Piñón, E. A. (2013). Inventário de Potencial de Abuso Infantil – CAP: evidências de validade e precisão. *Avaliação Psicológica*, 12(1), 51-60.
- Roskam, I., & Meunier, J. C. (2009). How do parenting concepts vary within and between the families? *European Journal of Psychology of Education*, 24(1), 33–47. <http://www.jstor.org/stable/23421817>
- Salvo, C. G. D., Silves, E. F. de M., & Toni, P. M. de. (2005). Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 22(2), 187–195. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2005000200008>

- Sampaio, I. T. A., & Vieira, M. L. (2010). *A Influência do Gênero e Ordem de Nascimento sobre as Práticas Educativas Parentais*. 10.
- Santos P. L., Bazon, M. R., Carvalho, A. M. P., Minetto, M. F., Crepaldi, M. A. & Boing, E. (2013). *FACES IV: Escala de avaliação da coesão e adaptabilidade familiar – Versão IV*. Minneapolis: Life Innovations Inc.
- Santos, P. L., Bazon, M. R. & Carvalho, A. M. P. (2017). Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale IV (FACES IV) - adaptação brasileira. *Avaliação Psicológica*, 16(2), 120-127.
- Sapienza, G., Aznar-Farias, M., & Silves, E. F. de M. (2009). Competência social e práticas educativas parentais em adolescentes com alto e baixo rendimento acadêmico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(2), 208–213. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000200006>
- Savage, L.-É., Tarabulsky, G. M., Pearson, J., Collin-Vézina, D., & Gagné, L.-M. (2019). Maternal history of childhood maltreatment and later parenting behavior: A meta-analysis. *Development and Psychopathology*, 31(1), 9–21. <https://doi.org/10.1017/S0954579418001542>
- Seibel, B. L., Falceto, O. G., Hollist, C. S., Springer, P., Fernandes, C. L. C., & Koller, S. H. (2017). *Rede de Apoio Social e Funcionamento Familiar: Estudo Longitudinal sobre Famílias em Vulnerabilidade Social*.
- Schaan, V. K., Schulz, A., Schächinger, H. & Vögele, C. (2019) Parental divorce is associated with an increased risk to develop mental disorders in women. *Journal of Affective Disorders*, 257, 91-99.
- Scott, J. B., Prola, C. D. A., Siqueira, A. C., & Pereira, C. R. R. (2018). O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: Uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia em Revista*, 24(2), 600–615. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p600-615>
- Silva, Í. de C. P. da, Cunha, K. da C., Ramos, E. M. L. S., Pontes, F. A. R., & Silva, S. S. da C. (2018). Estresse parental em famílias pobres. *Psicologia em Estudo*, 24. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.40285>
- Silva, M. L. I. da, & Vieira, M. L. (2018). Relações entre a parentalidade e a personalidade de pais e mães: Uma revisão integrativa da literatura. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 361–383. <https://doi.org/10.12957/epp.2018.38125>
- Silveira, F. G., & Bertasso, B. (2004). *TEXTO PARA DISCUSSÃO No 983*. 41.
- Sousa, M. G. M, Lima, L. H. O., Rodrigues, M. T. P., Mascarenhas, M. D. M., Moura, J C. F., Leal, I. P. S. (2022). Contexto familiar e sofrimento mental em adolescentes: Uma revisão integrativa. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*, 27, 140–157. <https://doi.org/10.19131/rpesm.330>
- Souza, F. H. O., & Fontella, C. (2016). *Diga, Gérard, o que é a parentalidade? Clínica & Cultura*, 5(1), 107-120
- Souza, X. R. de, & Marin, A. H. (2017). Intervenção com famílias em descumprimentos das condicionalidades do Programa Bolsa Família. *Saúde e Sociedade*, 26(2), 596–605. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902017160112>
- Spielman, S. E., Tuccillo, J., Folch, D. C., Schweikert, A., Davies, R., Wood, N., & Tate, E. (2020). Evaluating social vulnerability indicators: Criteria and their application to the Social Vulnerability Index. *Natural Hazards*, 100(1), 417–436. <https://doi.org/10.1007/G11069-019-03820-z>
- Stith, S. M., Liu, T. L., Davies, C., Boykin, E. L., Alder, M. C., Harris, J. M., Som, A., McPherson, M. & Dees, J. E. M. E. G. (2009). Risk factors in child maltreatment: A meta-analytic review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 14(1), 13-29.

- Skowron, E. A., & Woehrle, P. (2012). Child maltreatment. Em N. A. Fouad, J. A. Carter, & L. M. Subich (Orgs.), *APA handbook of counseling psychology, Vol. 2: Practice, interventions, and applications*. (Vol. 2, p. 153–180). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/13755-007>
- Taibo, L. C., Gutiérrez, C. P. & Muzzio, E. G. (2018) Serious Violations of Rights in Children and Adolescents: Variables of Family Functioning. *Universitas Psychologica*, 17(3), 1-13.
- Taraban, L., & Shaw, D. S. (2018). Parenting in context: Revisiting Belsky's classic process of parenting model in early childhood. *Developmental Review*, 48, 55–81. <https://doi.org/10.1016/j.dr.2018.03.006>
- Tavares, A. O., Barros, J. L., Mendes, J. M., Santos, P. P., & Pereira, S. (2018). Decennial comparison of changes in social vulnerability: A municipal analysis in support of risk management. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 31, 679–690. <https://doi.org/10.1016/j.ijdrr.2018.07.009>
- Torre, R. C. (2016). *Estudo comparativo de famílias com a guarda dos filhos suspensa por medida de proteção, no Brasil e no Peru*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo).
- Vásquez-Echeverría, A., Alvarez-Nuñez, L., Gonzalez, M., Loose, T., & Rudnitzky, F. (2022). Role of parenting practices, mother's personality and depressive symptoms in early child development. *Infant Behavior and Development*, 67, 101701. <https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2022.101701>
- Virasiri, S., Yunibhand, J., & Chaiyawat, W. (2011). Parenting: what are the critical attributes?. *Journal of the Medical Association of Thailand = Chotmaihet thangphaet*, 94(9), 1109–1116.
- Wallace, L. M. K., Theou, O., Pena, F., Rockwood, K., & Andrew, M. K. (2015). Social vulnerability as a predictor of mortality and disability: Cross-country differences in the survey of health, aging, and retirement in Europe (SHARE). *Aging Clinical and Experimental Research*, 27(3), 365–372. <https://doi.org/10.1007/G40520-014-0271-6>
- Wong, J. Y.-H., Wai, A. K.-C., Wang, M. P., Lee, J. J., Li, M., Kwok, J. Y.-Y., Wong, C. K.-H., & Choi, A. W.-M. (2021). Impact of COVID-19 on Child Maltreatment: Income Instability and Parenting Issues. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(4), 1501. <https://doi.org/10.3390/ijerph18041501>
- World Health Organization. (1999). Report of the consultation on child abuse prevention, 29-31 March 1999, WHO, Geneva (No. WHO/HSC/PVI/99.1). World Health Organization.
- World Health Organization. (2006). Preventing child maltreatment: a guide to taking action and generating evidence / World Health Organization and International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect. World Health Organization.
- Zahran, S., Peek, L., Snodgrass, J. G., Weiler, S., & Hempel, L. (2011). Economics of Disaster Risk, Social Vulnerability, and Mental Health Resilience. *Risk Analysis*, 31(7), 1107–1119. <https://doi.org/10.1111/j.1539-6924.2010.01580.x>